

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
---------------------	---

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	2
---------------------------------------	---

2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	3
--------------------------------------	---

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	5
-------------------------------	---

3.4 - Política destinação de resultados	6
---	---

3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	7
--	---

3.7 - Nível de endividamento	8
------------------------------	---

3.8 - Obrigações	9
------------------	---

3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	10
---	----

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	11
------------------------------------	----

4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	17
-------------------------------------	----

4.3 - Processos não sigilosos relevantes	18
--	----

4.5 - Processos sigilosos relevantes	19
--------------------------------------	----

4.6 - Processos repetitivos ou conexos	20
--	----

4.7 - Outras contingências relevantes	21
---------------------------------------	----

4.8 - Regras-país origem/país custodiante	22
---	----

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	23
---	----

5.4 - Alterações significativas	24
---------------------------------	----

6. Histórico do emissor

6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	25
---	----

6.3 - Breve histórico	26
-----------------------	----

6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	28
--	----

6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	29
--------------------------------------	----

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	30
--	----

7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	31
---------------------------------------	----

Índice

8. Negócios extraordinários

8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	32
8.2 - Alterações na condução de negócios	34
8.3 - Contratos relevantes	35
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	36

9. Ativos relevantes

9.1.a - Ativos imobilizados	37
9.1.b - Ativos Intangíveis	38
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	39

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	40
10.2 - Resultado operacional e financeiro	46
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	48
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	49
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	50
10.8 - Plano de Negócios	51
10.9 - Outros fatores com influência relevante	52

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	53
11.2 - Acompanhamento das projeções	54

12. Assembléia e administração

12.1 - Estrutura administrativa	55
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias	58
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	59
12.7/8 - Composição dos comitês	68
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	69

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Política/prática de remuneração	70
13.2 - Remuneração total por órgão	71
13.3 - Remuneração variável	72
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	73
13.5 - Remuneração baseada em ações	74

Índice

13.6 - Opções em aberto	75
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	76
13.8 - Precificação das ações/opções	77
13.9 - Participações detidas por órgão	78
13.10 - Planos de previdência	79
13.11 - Remuneração máx, mín e média	80
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	81
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	82
13.14 - Remuneração - outras funções	83
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	84
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	85
14. Recursos humanos	
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	86
15.3 - Distribuição de capital	146
15.7 - Principais operações societárias	147
16. Transações partes relacionadas	
16.2 - Transações com partes relacionadas	148
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	152
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	153
17.2 - Aumentos do capital social	154
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	156
18. Valores mobiliários	
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	157
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	188
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	189
19. Planos de recompra/tesouraria	
20. Política de negociação	
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	190
21. Política de divulgação	

Índice

21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	191
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	192
21.3 - Responsáveis pela política	193
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	194

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Carlos Henrique Zanvettor

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhousecoopersAuditoresIndependentes
CPF/CNPJ	076.444.278-30
Período de prestação de serviço	29/04/2010
Descrição do serviço contratado	Contrato de prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa ao ultimo exercício social, findo em 31.12.2009 corresponde ao montante de R\$ 439.019,90 que englobam os valores referentes aos serviços de auditoria.
Justificativa da substituição	Não se aplica
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Paulo Miron	29/04/2010	076.444.278-30	, Telefone (011) 36743746, e-mail: paulo.miron@br.pwc.com

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores**2.1. Em relação aos auditores independentes, indicar:**

	2009	2008	2007
a. Nome empresarial	Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes	Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes	Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes
b. Nome das pessoas responsáveis	Paulo Sérgio Miron	Paulo Sérgio Miron	Paulo Sérgio Miron
b. CPF	076.444.278-30	076.444.278-30	076.444.278-30
b. Telefone	3674-3746	3674-3746	3674-3746
b. E-mail	paulo.miron@br.pwc.com	paulo.miron@br.pwc.com	paulo.miron@br.pwc.com
c. Data de contratação dos serviços	29.04.2009	10.04.2008	30.03.2007
d. Descrição dos serviços contratados	1. Contrato de prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras;	1. Contrato de prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras;	1. Contrato de prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras;
e. Eventual substituição do auditor:	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
i. Justificativa da substituição	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
ii. Eventuais razões apresentadas pelo auditor em discordância da justificativa do emissor para sua substituição, conforme regulamentação da CVM específica a respeito da matéria	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Individual

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2009)	Exercício social (31/12/2008)	Exercício social (31/12/2007)
Número de Ações, Ex-Tesouraria	0	0	51.237.883

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

a) Regras sobre retenção de lucros

Não houve alterações nas regras sobre retenção de lucros nos últimos três exercícios sociais. Nos termos da Lei 6.404/76, conforme alterada, os acionistas poderão deliberar, em Assembleia Geral e por proposta da Administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Emissora. De fato, o Estatuto Social prevê que o saldo do lucro líquido que remanescer após (i) a constituição da Reserva Legal e (ii) a dedução do dividendo obrigatório será destinado à constituição da Reserva de Margem Operacional, destinada a assegurar à Emissora adequada margem operacional, até o limite máximo do valor do capital social.

O saldo da Reserva de Margem Operacional não poderá ultrapassar o valor do capital social.

b) Regras sobre distribuição de dividendos

Não houve alterações nas regras sobre distribuição de dividendos nos últimos três exercícios sociais. Os acionistas da Emissora têm direito a receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.

A Emissora poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, declarar, no curso do exercício social e até a Assembleia Geral Ordinária, dividendos intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

Foi efetuado pagamento anual de dividendos provisionados no balanço encerrado do exercício anterior, com base na posição acionária registrada na data de realização da Assembleia Geral Ordinária. Os dividendos, cuja distribuição houver sido autorizada pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, serão pagos dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data de sua declaração, e, em qualquer caso, dentro do exercício social em que forem declarados.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não houve quaisquer restrições à distribuição de dividendos.

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

Não houve.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2009	42.819.693.000,00	Índice de Endividamento	1,69000000	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2010)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
	Garantia Real		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Garantia Flutuante		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Quirografárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação							

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

Não há.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Nota: os riscos descritos nas alíneas deste item 4.1 não são os únicos que enfrentamos. Nossos investidores e potenciais investidores deverão ler com atenção o presente formulário de referência, na sua totalidade. Nossos negócios, os resultados de nossas operações ou nossa situação financeira poderão ser afetados de forma adversa se quaisquer desses riscos se materializarem e, em tal hipótese, os preços de negociação de nossos valores mobiliários poderão cair, e nossos investidores poderão perder todo ou parte do seu investimento.

Nossos investidores e potenciais investidores devem observar que os fatores de risco descritos nas alíneas deste item 4.1 não são os únicos riscos enfrentados ou relacionados a um investimento em nossos valores mobiliários. Estes são os riscos que consideramos que possam influenciar a decisão de investimento em nossos valores mobiliários. Pode haver riscos adicionais que atualmente consideramos irrelevantes ou que desconhecemos, e quaisquer destes riscos podem ter efeitos semelhantes aos descritos abaixo.

4.1 Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a) ao emissor

Estamos expostos aos efeitos das turbulências e volatilidades nos mercados financeiros globais e no Brasil.

Os mercados financeiros globais deterioraram-se acentuadamente desde o final de 2007. Grandes instituições financeiras, inclusive alguns dos maiores bancos comerciais, bancos de investimentos e seguradoras globais têm passado por dificuldades significativas, especialmente devido à falta de liquidez e depreciação dos ativos financeiros. Estas dificuldades restringiram a capacidade de grandes instituições financeiras globais continuarem realizando operações de empréstimo e causaram prejuízos. Além disso, as inadimplências de certas instituições financeiras, e até mesmo dúvidas sobre a solvência das mesmas e do setor de serviços financeiros, têm levado, de forma geral, a problemas de liquidez do mercado como um todo e poderiam levar a prejuízos ou inadimplências por parte de outras instituições e à falência das mesmas.

Estamos expostos a turbulências e volatilidade dos mercados financeiros globais em virtude dos seus efeitos sobre o ambiente econômico e financeiro do Brasil, tais como o desaquecimento da economia, o aumento na taxa de desemprego, a redução no poder aquisitivo da população brasileira e a falta de disponibilidade de crédito e fundos para investimento. Realizamos operações com contrapartes brasileiras, e os efeitos econômicos citados podem prejudicar significativamente nossos clientes e aumentar as operações de arrendamento mercantil em atraso ou inadimplidas, e como resultado, aumentar o risco associado à nossa atividade e nos obrigar a fazer revisões correspondentes nos nossos modelos de gestão de risco e de reserva para não pagamentos de operações de arrendamento mercantil.

A crise financeira global teve consequências significativas para o Brasil, incluindo volatilidade no valor das ações, em juros e no mercado de crédito, uma desaceleração econômica geral, e taxas de câmbio voláteis que podem, direta ou indiretamente, afetar negativamente o preço de mercado de títulos brasileiros e terem um efeito adverso relevante em nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações. Além disso, falhas institucionais e as turbulências do mercado financeiro no Brasil poderiam restringir o nosso acesso ao mercado de capitais.

A continuidade ou a piora da turbulência ou da volatilidade nos mercados financeiros globais poderiam levar a outros efeitos negativos no ambiente econômico e financeiro brasileiro, o que poderia ter um efeito material adverso sobre nós.

Pode haver descasamento de taxas e de prazo das operações de leasing com relação às taxas e ao prazo utilizados em nossas operações de captação de recursos.

Nós captamos recursos junto a instituições financeiras e investidores no mercado local para financiar nossas operações de arrendamento mercantil, sendo que nem sempre conseguimos repassar a nossos clientes as mesmas condições de remuneração contratadas quando da captação de recursos, podendo realizar operações com indexadores diferentes. Além disso, o prazo mínimo para contratação das operações de leasing praticadas no mercado brasileiro é de 24 meses, apresentando fluxo mensal de pagamentos pelos clientes. O descasamento de taxas e prazos entre nossa captação de recursos e as operações por nós realizadas pode vir a causar um efeito adverso relevante em nosso fluxo de caixa, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Enfrentamos dificuldades na execução das garantias das operações de leasing.

As operações de leasing apresentam importante diferencial se comparadas com outras modalidades de contratos, em função das garantias que oferecem à arrendadora, uma vez que o bem arrendado é de sua propriedade até a liquidação da operação e a transferência do bem ao arrendatário/terceiro por ele indicado. No entanto, temos encontrado dificuldades na retomada de veículos, por exemplo, nos casos em que o arrendatário realiza a cessão de direitos e obrigações relacionados ao bem arrendado para terceiros, sem a nossa anuência e a devida formalização. O aumento na ocorrência de tais práticas pode vir a dificultar a retomada do bem no caso de inadimplência de arrendatários, afetando negativamente nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações.

Nossas operações de arrendamento mercantil podem não apresentar o crescimento esperado.

Os recursos por nós captados por meio de nossas emissões de valores mobiliários são aplicados em títulos públicos federais e/ou Certificados de Depósito Interfinanceiro ("CDI"), principalmente aqueles de emissão de Itaú Unibanco S.A., nosso controlador, enquanto não utilizados para o financiamento de nossas operações de arrendamento mercantil. Caso nossas operações de arrendamento mercantil não apresentem o crescimento esperado, a remuneração de nossos recursos resultante das aplicações acima referidas poderá ser inferior ao nosso custo de captação, podendo afetar adversamente e de modo relevante os nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações.

A concentração de nossas operações no setor de veículos nos expõe a riscos de redução de demanda do setor automobilístico.

As operações de leasing por nós realizadas concentram-se no setor de veículos, que, por sua vez, é suscetível a crises econômico-financeiras, apresentando uma correlação direta com o desempenho macroeconômico do Brasil. Dessa forma, na ocorrência de crise econômica que implique a redução da demanda no setor automobilístico, haverá redução dos arrendamentos como forma de aquisição de veículos, afetando adversamente e de modo relevante os nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações.

b) *A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle*

O acionista controlador tem o poder de direcionar nossos negócios.

O Itaú Unibanco S.A. é nosso acionista controlador e, por meio da titularidade da quase totalidade das ações ordinárias de nossa emissão, tem capacidade para controlar a eleição da maioria dos membros do conselho de administração e a nomeação da diretoria, controlando, desse modo, nossa estratégia de operação.

c) *A seus acionistas*

A relativa volatilidade e ausência de liquidez dos mercados brasileiros de títulos e valores mobiliários podem limitar, de forma significativa, a capacidade de nossos investidores de vender suas ações de nossa emissão pelo preço e na época em que desejarem.

O investimento em títulos negociados em mercados emergentes envolve com frequência um risco maior que o investimento em títulos de emissores nos Estados Unidos da América ou em outros países, sendo que esses investimentos são geralmente considerados de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de títulos e valores mobiliários é significativamente menor, menos líquido, mais concentrado e pode ser mais volátil do que os principais mercados nos Estados Unidos da América ou em outros países. Além disso, as ações de nossa emissão têm pouca liquidez, são muito concentradas (detidas, em sua quase totalidade, por apenas uma empresa) e não integram índices da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, ou BM&FBOVESPA. Dessa forma, a capacidade de nossos investidores de vender suas ações de nossa emissão pelo preço e na época em que desejarem pode ser substancialmente limitada. Existe também uma maior concentração, no mercado brasileiro, de títulos e valores mobiliários em comparação aos principais mercados de títulos e valores mobiliários, como os Estados Unidos da América ou outros países. As dez maiores companhias em termos de capitalização do mercado representavam 54,7% da capitalização total de mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, ou BM&FBOVESPA, em 31 de dezembro de 2009. As dez principais ações em termos de volume de negociação representavam 45,8%, 53,1% e 44,8% de todas as ações negociadas na BM&FBOVESPA em 2007, 2008 e 2009, respectivamente.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Podemos não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de nossas ações.

De acordo com nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas 25% de nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendo ou juros sobre o capital próprio. Para mais informações, ver o Item 18.1 (a). O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O pagamento de dividendos a nossos acionistas não é obrigatório em qualquer exercício em que nosso Conselho de Administração determine que a distribuição de dividendos é incompatível com a nossa situação financeira naquele momento.

É possível que precisemos aumentar o nosso capital social no futuro, o que poderá diluir a participação acionária.

É possível que precisemos obter recursos adicionais no futuro para executar nossa estratégia de crescimento. Nesse sentido, poderemos precisar aumentar nosso capital social por meio de uma ou mais ofertas subsequentes de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. A oferta de uma quantidade significativa de nossas ações, que pode não prever o direito de preferência aos nossos então acionistas, nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações, poderá afetar adversamente o preço de mercado das nossas ações e diluir a participação de nossos acionistas no capital social da companhia.

d) A suas controladas e coligadas

Os fatores de risco a que estão expostas nossas controladas e coligadas e que possam influenciar a decisão de investimento em nossos valores mobiliários estão descritos nas alíneas (a) a (c) e (e) a (i) deste item 4.1.

e) A seus fornecedores

Compartilhamos nossa estrutura e nossos canais de comercialização com nosso acionista controlador.

Para promover e vender nossos produtos e prestar atendimento a nossos clientes, nos utilizamos das instalações, dos canais de venda, do pessoal e da infra-estrutura de nosso controlador, o Itaú Unibanco S.A. Decisões do Itaú Unibanco S.A. no sentido de alterar a configuração de suas instalações, dos seus canais e estrutura de vendas e da sua infra-estrutura conosco compartilhada poderão afetar adversamente e de modo relevante os nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações.

f) A seus clientes

Alterações no perfil de nossos negócios podem afetar negativamente nossa carteira de arrendamento mercantil.

A qualidade de nossa carteira de arrendamento mercantil está sujeita a alterações no perfil de nossos negócios, as quais podem resultar de crescimento orgânico ou de aquisições que nós podemos realizar e depende da situação econômica nacional e, em menor grau, da internacional. Alterações negativas que afetem qualquer dos setores aos quais nós temos exposição de crédito significativa, eventos políticos dentro e fora do Brasil ou a variabilidade da atividade econômica podem ter um impacto negativo em nossos negócios e resultados operacionais. Adicionalmente, nossa experiência histórica de perdas em operações de arrendamento mercantil pode não ser indicativa de nossas perdas futuras da mesma natureza.

Podemos incorrer em perdas associadas com riscos de exposição de contrapartes.

Estamos sujeitos à possibilidade de que uma contraparte não honre suas obrigações contratuais. Estas contrapartes podem não cumprir com suas obrigações devido à falência, à falta de liquidez, falha operacional ou por outros motivos. Este risco pode surgir, por exemplo, ao executar operações no mercado de câmbio ou de outros ativos, que venham a não ser liquidados no momento requerido devido à não entrega pela

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

contraparte ou à falha de sistemas de compensação pelo agentes de câmbio, de câmaras de compensação ou de outros intermediários financeiros.

g) Aos setores da economia nos quais o emissor atue

Estamos sujeitos a regulamentação específica e a incertezas jurídicas relacionadas às nossas operações de arrendamento mercantil financeiro.

As operações de arrendamento mercantil (leasing) estão sujeitas à regulamentação específica fixada por órgãos reguladores. Da mesma forma que em outros setores da economia sujeitos à regulamentação específica, tais órgãos reguladores têm poderes para editar normas que podem vir a nos afetar de forma significativa. Além disso, estamos expostos a incertezas jurídicas em razão de disputas judiciais sobre interpretação de normas aplicáveis às nossas atividades. Os resultados de ações judiciais pendentes, assim como a alteração de referidas normas, podem afetar adversamente e de modo relevante os nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações.

Em especial, encontra-se pendente de julgamento, pelo Superior Tribunal de Justiça, o critério de competência para determinar em qual município o Imposto sobre Serviços (ISS) incidente sobre operações de arrendamento mercantil financeiro deve ser recolhido e qual é a base de cálculo correspondente. De modo geral, os municípios consideram que o ISS deve ser recolhido no local onde o arrendatário recebe o bem objeto de arrendamento, tendo como base de cálculo o valor total do bem. Esse critério difere daquele adotado por nós e, de modo geral, por nossos concorrentes. Nós recolhemos o ISS considerando que a) o local da prestação do serviço é o município no qual a empresa de arrendamento mercantil possui sua unidade de negócios (empregados, estrutura física para desenvolver suas atividades), que se confunde com o município do estabelecimento prestador; e b) a base de cálculo é o valor das contraprestações do arrendamento, que não inclui o valor esperado do bem ao final do contrato, ou seja, o montante relativo ao Valor Residual Garantido – VRG, nem se confunde com o valor do bem em si. Eventual ratificação pelo Superior Tribunal de Justiça das premissas defendidas pelos municípios pode afetar adversamente e de modo relevante os nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações, em razão do entendimento de que o ISS seria devido em outros municípios diferentes daquele onde já o pagamos.

O governo brasileiro exerceu, e continua a exercer, influência sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como as condições política e econômica brasileiras, podem afetar adversamente nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações.

O governo brasileiro frequentemente intervém na economia brasileira e realiza mudanças nas políticas e nas regulamentações. As medidas tomadas pelo governo brasileiro já envolveram, no passado, entre outras medidas, aumentos nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, controle de preços, controles de limite de capital e restrições a determinadas importações e, antes da implantação do atual regime de câmbio flutuante, desvalorizações da moeda. Os nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações poderão ser negativamente afetados de modo relevante por mudanças na política ou nas regulamentações que envolvem ou afetam fatores como:

- taxas de juros;
- compulsório;
- requerimentos de capital, liquidez e mercado de crédito;
- crescimento da economia, inflação e volatilidade cambial;
- políticas e regras fiscais;
- controles cambiais e outras restrições sobre remessas para o exterior;
- aumentos nas taxas de desemprego, reduções nos salários e níveis de renda e outros fatores que influenciam a capacidade de nossos clientes de cumprirem suas obrigações para conosco; e
- outros desdobramentos políticos, sociais e econômicos no Brasil.

Como uma instituição financeira no Brasil, a maioria de nossas receitas, despesas, ativos e passivos está diretamente atrelada às taxas de juros. Portanto, os resultados de nossas operações e situação financeira são significativamente afetados pela inflação, flutuações nas taxas de juros e de políticas monetárias relacionadas, que podem ter um efeito material adverso sobre o crescimento da economia brasileira e sobre nós, incluindo nossa carteira de arrendamento mercantil, nosso custo de captação e nossa receita de operações.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Adicionalmente, mudanças nas administrações podem resultar em mudanças nas políticas governamentais que podem nos afetar. A incerteza sobre se o governo brasileiro no futuro implantará mudanças nas políticas ou regulamentações pode contribuir para aumentar a volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros e em títulos de emissores brasileiros, que por sua vez pode ter um efeito relevante adverso sobre nós.

A inflação e as oscilações nas taxas de juros podem ter um efeito adverso relevante em nossos negócios, situação financeira e resultados de nossas operações.

A inflação e as oscilações nas taxas de juros têm gerado efeitos adversos no Brasil. Embora o governo brasileiro tenha conseguido manter a inflação em níveis próximos à meta nos últimos 12 anos, nós não podemos assegurar que o governo continuará mantendo esses níveis e não há garantia de que os próximos governos também o manterão. Além disso, o Brasil tem registrado taxas de juros elevadas, que têm oscilado significativamente no Brasil. Entre 2005 e 2009, a taxa básica de juros estabelecida pelo Banco Central, que é a taxa de juros adotada como referência para remunerar os detentores de títulos e valores mobiliários emitidos pelo governo brasileiro e negociados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia, ou taxa SELIC variou entre 19,75% ao ano e 8,75% ao ano. Expectativas de mercado sobre possíveis ações futuras do governo na economia, ou sua intervenção no mercado de câmbio e os efeitos do desaquecimento dos mercados financeiros globais geraram e continuam a gerar oscilações nas taxas de juros. Adicionalmente, se o Brasil registrar oscilações nas taxas de inflação no futuro, nossos custos e margens líquidas podem ser afetadas adversamente, e as medidas governamentais para combater a inflação podem incluir uma política monetária restritiva com taxas de juros elevadas, que podem prejudicar os nossos negócios. Aumentos na taxa SELIC podem nos afetar adversamente, reduzindo a demanda por crédito, aumentando nosso custo de captação e aumentando o risco de inadimplência de clientes. De forma inversa, reduções na taxa SELIC também podem nos afetar adversamente se tais reduções diminuirmos nossas margens.

Os desdobramentos e a percepção de risco de outros países podem afetar adversamente a economia brasileira e o preço de mercado dos títulos brasileiros.

As condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos da América, os países da União Européia e os países de mercados emergentes, podem afetar em graus variados o preço de mercado dos títulos de emissores brasileiros. Embora as condições econômicas nesses países possam divergir de forma significativa das condições econômicas no Brasil, as reações dos investidores aos desdobramentos nesses outros países podem ter um efeito negativo no valor de mercado dos títulos de emissores brasileiros, na disponibilidade de crédito no Brasil e na quantidade de investimentos estrangeiros no Brasil. Crises nos Estados Unidos da América, na União Européia e em países de mercados emergentes podem diminuir o interesse do investidor em títulos de emissores brasileiros, inclusive nossos. Isso poderia afetar adversamente o preço de mercado de nossos títulos e também poderia dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e o financiamento, sob condições aceitáveis ou não, de nossas operações no futuro.

Empresas localizadas em países considerados mercados emergentes podem estar particularmente suscetíveis a turbulências e reduções na disponibilidade de crédito ou aumentos nos custos de financiamentos, que poderiam ter um impacto material adverso na nossa situação financeira. Adicionalmente, a disponibilidade de crédito para as entidades que operam em mercados emergentes é significativamente influenciada por níveis de confiança dos investidores nesses mercados como um todo e qualquer fator que impacta na confiança do mercado (por exemplo, uma diminuição na classificação de risco de crédito ou a intervenção estatal ou do Banco Central em um mercado) pode afetar o preço ou disponibilidade das fontes de captação de recursos para entidades inseridas nestes mercados.

Desemprego e quedas na renda nacional afetam a capacidade de nossos clientes pagarem seus compromissos de arrendamento mercantil.

Alterações de renda, causadas pelo aumento do desemprego ou por outros fatores, podem provocar um aumento do número de operações de arrendamento mercantil em atraso ou inadimplidas, o que pode comprometer as receitas de nossas operações e, dependendo do volume de inadimplência, afetar adversamente os nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações.

Fatores que afetam o valor dos bens adquiridos por arrendamento mercantil podem causar perdas no valor de nossos ativos.

Medidas de política econômica, como a redução recente de tributação sobre automóveis, podem afetar adversamente o valor de nossos ativos. Embora tais medidas possam aumentar o volume de vendas de

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

produtos por nós arrendados e gerar aumento de nossa receita, a maior oferta de produtos por nós arrendados pode provocar a desvalorização de nossos ativos, tal como automóveis usados, o que pode afetar adversamente nossa situação financeira e os resultados de nossas operações. De modo semelhante, recessões e desemprego podem reduzir a demanda por produtos por nós arrendados, causando a depreciação dos ativos da empresa, como automóveis ou bens de capital.

A concorrência de outros produtos financeiros pode afetar negativamente nossos negócios.

O leasing enfrenta a concorrência de outros produtos disponíveis no mercado brasileiro. Dessa forma, caso seja mais vantajoso para as instituições financeiras ou para os consumidores fazer uso de outros instrumentos que não o arrendamento mercantil, como, por exemplo, o crédito direto ao consumidor, os negócios das instituições financeiras que operam com o arrendamento mercantil, inclusive nós, serão negativamente afetados.

h) À regulação dos setores em que o emissor atue

Alterações na lei ou regulamentação aplicáveis podem ter um efeito adverso em nossos negócios.

As instituições financeiras brasileiras estão sujeitas a extensivas e contínuas revisões regulatórias pelo governo brasileiro, especialmente pelo Banco Central. Nós não temos controle sobre as leis ou regulamentações emitidas pelo governo.

A estrutura regulatória para as instituições financeiras brasileiras, incluindo bancos, corretoras, empresas de leasing e companhias de seguro, está em constante evolução. Parte de nossos negócios que não está sujeita a regulação governamental pode tornar-se regulada no futuro. As turbulências e a volatilidade no mercado financeiro global, que resultaram em graves problemas de liquidez em diversos bancos estrangeiros, podem motivar o governo brasileiro a alterar leis e regulamentações aplicáveis a instituições financeiras brasileiras, baseado nesses acontecimentos no exterior. As alterações das regulamentações e leis existentes, bem como a adoção de novas leis e regulamentações podem ter um efeito adverso relevante nos nossos negócios e resultados operacionais, incluindo a nossa capacidade de realizar investimentos ou de prestar determinados serviços financeiros.

Alterações na regulamentação tributária podem afetar negativamente os resultados de nossas operações.

Para sustentar suas políticas fiscais, o governo brasileiro regularmente promove reformas ao regime tributário. Tais reformas incluem a implementação de novos tributos ou sua majoração, mudança na base de cálculo ou nas alíquotas de tributação incluindo as taxas aplicáveis somente ao mercado financeiro e, ocasionalmente, a criação de tributos temporários, destinado a propósitos governamentais específicos. Por exemplo, em outubro de 2009, o governo brasileiro impôs uma taxa de 2,0% sobre a entrada de investimentos estrangeiros no mercado de capitais brasileiro. Os efeitos dessas alterações e de quaisquer outras alterações que resultem da implementação de reformas tributárias adicionais não foram e não podem ser quantificados. Essas mudanças, no entanto, podem reduzir o volume de nossas operações, aumentar os nossos custos ou limitar a nossa rentabilidade. Adicionalmente, tais alterações têm gerado incerteza no sistema financeiro, a qual pode aumentar nosso custo de captação e contribuir para um aumento de nossa carteira de arrendamentos mercantis em atraso ou inadimplidos.

i) Aos países estrangeiros onde o emissor atue

Os fatores de risco relacionados a países estrangeiros, que possam influenciar a decisão de investimento em nossos valores mobiliários, encontram-se descritos ao longo das alíneas (a) e (g) deste item 4.1.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Além do descrito no item 4.1, não há expectativas relevantes de redução ou aumento na exposição do emissor aos riscos mencionados em referido item.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Emissora ou suas controladas sejam partes, que não estejam sob sigilo e sejam relevantes para os seus negócios.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

A Emissora ou suas controladas não são partes em processos considerados relevantes que estejam sob sigilo.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

A Emissora ou suas controladas não são partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

Não há.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

a) Restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não se aplica.

b) Restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não se aplica.

c) Hipóteses de cancelamento de registro

Não se aplica.

d) Outras questões do interesse dos investidores

Não se aplica.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Os riscos de mercado relevantes da Dibens Leasing estão concentrados na área de serviços financeiros do grupo através da empresa controlada Itaú Unibanco Holding.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não há.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	27/09/1990
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	28/09/1993

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

A Dibens Leasing foi constituída por seus acionistas, Banco Dibens e Itabens Empreendimentos e Participações S.A., na Assembleia Geral da Companhia, realizada em 27 de setembro de 1990, e teve suas atividades iniciadas em 1 de abril de 1991.

A Companhia tem por objeto social a prática de operações de arrendamento mercantil de veículos leves (automóveis), pesados (ônibus e caminhões), aeronaves, embarcações, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos de informática.

Nos últimos exercícios sociais, a Companhia destaca seus principais investimentos e desinvestimentos de capital, conforme segue:

Incorporação do Unibanco Leasing

Em 21 de julho de 2005, o Unibanco comprou a participação de 19.107.690 ações do Banco Dibens na empresa Dibens Leasing, tornando-se o controlador direto da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de novembro de 2005, foi aprovada a incorporação do Unibanco Leasing pela Companhia, com a conseqüente absorção pela Emissora da totalidade do patrimônio líquido da Unibanco Leasing, no valor de R\$ 133.618.874,05 (cento e trinta e três milhões, seiscentos e dezoito mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinco centavos), com a extinção definitiva da Unibanco Leasing, para todos e quaisquer fins, sendo esta sucedida em todos os direitos e obrigações pela Companhia.

Em decorrência da incorporação, os debenturistas da 6ª e 7ª emissão de debêntures da UBB Leasing adquiriram o direito de resgate das debêntures de que eram titulares, cujo prazo de 6 (seis) meses a contar de 3 de dezembro de 2005, encerrou-se em 3 de junho de 2006.

Principais movimentações de participações societárias da Companhia em outras sociedades

Foi deliberado e aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária de 14 de março de 2007 o aumento do capital social em R\$ 600.000.017,12, passando este de R\$ 429.518.835,89 para R\$ 1.029.518.853,01, mediante a emissão privada de 147.531.506 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 4,06692803041201 por ação, preço este fixado com base no critério previsto no art. 170, §1º, inciso II da Lei nº 6.404/76 de 15.12.76. O Acionista UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A. subscreveu e integralizou em moeda corrente nacional as ações ordinárias emitidas, renunciando expressamente os demais acionistas o direito de preferência que lhes foi atribuído na subscrição e integralização de ações.

Em 25 de abril de 2007, a Companhia adquiriu 15.101.740 ações da UPS, pelo valor patrimonial contábil. A empresa admitiu uma empresa não financeira do grupo Deutsche como acionista minoritário da UPS. O acionista minoritário passou a deter 49,1% do capital social da UPS que tinha como objeto principal manter investimento em empresas não financeiras do Conglomerado Unibanco.

Em 25 de abril de 2007, a Companhia adquiriu 365.202 ações da Redecard S.A. pelo valor patrimonial contábil. Em Assembleia Geral Extraordinária da Redecard S.A. realizada em junho de 2007, foi deliberado o desdobramento das ações ordinárias na proporção de 1 (uma) para 350 (trezentas e cinquenta) ações ordinárias.

Em 04 de junho de 2007 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária e aprovado o aumento do capital social em R\$ 600.008.028,54, passando este de R\$ 1.029.518.853,01 para R\$ 1.629.526.881,55, mediante a emissão privada de 127.961.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 4,06692803041201 por ação, preço este fixado com base no critério previsto no art. 170, §1º, inciso II da Lei nº 6.404/ 76. O Acionista UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A. subscreveu e integralizou em moeda corrente nacional as ações ordinárias emitidas, renunciando expressamente os demais acionistas o direito de preferência que lhes foi atribuído na subscrição e integralização de ações.

Em 13 de junho de 2007 a Companhia adquiriu 711.743 ações ordinárias da Serasa S.A. pelo valor patrimonial contábil. Em 26 de junho de 2007, foi divulgada a venda de 489.195 ações ordinárias da Serasa S.A., para a Experian Brasil Aquisições Ltda ("Experian"), afiliada brasileira da Experian Solutions, Inc, pelo valor de R\$ 925,78 por ação. Em 28 de junho de 2007, através do Acordo de Acionistas assinado com o Banco Itaú S.A. e Banco Bradesco S.A., a Companhia que detém 6,05% daquela empresa, continuará participando da administração da Serasa S.A., por meio da empresa BIU Participações S.A.

Atualmente a companhia possui as seguintes participações diretas em outras sociedades:

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Empresas	Saldos em 31/12/2008	Resultado de Participação em Controladas	Recebimento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (2)	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários de Controladas e Outras	Saldos em 31/12/2009	Resultado de Participação em Controladas 31/12/2008
Unibanco Participações Societárias S.A.	1.122.142	61.349	(19.925)	66	1.163.632	194.362
Redecard S.A. (1)	137.183	263.871	(130.389)	462	271.127	227.184
BIU Participações S.A.	43.820	16.340	(1.713)	-	58.447	9.271
No País	1.303.145	341.560	(152.027)	528	1.493.206	430.817

(1) O resultado não reflete a participação atual no resultado da controlada, por variação de participação durante o exercício.

(2) Registrado em Rendas a Receber R\$ 23.756.

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do Período	Nº de Ações de Propriedade da DIBENS LEASING		Participação no Capital Votante (%)	Participação no Capital Social (%)
				Ordinárias	Preferenciais		
No País							
Unibanco Participações Societárias S.A.	42.780	2.281.632	120.292	8.883.378	6.218.362	30,00	51,00
Redecard S.A.	473.551	1.427.182	1.394.560	127.820.698	-	18,99	18,99
BIU Participações S.A.	40.491	238.637	67.015	226.026	-	24,49	24,49

A Assembleia Geral Extraordinária de 11 de junho de 2007 re-ratificou que a integralização do capital social pela subscrição das ações emitidas em virtude do aumento do capital social ocorreu em 08 de junho de 2007 e não em 04 de junho de 2007, como constava da Ata de 04 de junho de 2007. Foi também, re-ratificada na referida Assembleia a exclusão da possibilidade, prevista no Estatuto Social, da participação de conselheiros nas reuniões por meio que possibilite aos demais conselheiros ouvi-lo e/ou vê-lo ou (ii) pelo envio prévio de seu voto, que foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de março de 2007, ficando nula e sem efeito tal disposição.

Foi deliberado e aprovado pelos Acionistas na Assembleia Geral Extraordinária de 09 de outubro de 2007 o aumento do capital social em R\$1.600.000.059,04, passando este de R\$1.629.526.881,55 para R\$3.229.526.940,59, mediante a emissão privada de 155.799.421 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$10,269614923922 por ação, preço este fixado com base no critério previsto no art. 170, §1º, inciso II da Lei nº 6.404/76. O Acionista UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A. subscreveu e integralizou em moeda corrente nacional as ações ordinárias emitidas, renunciando expressamente os demais acionistas o direito de preferência que lhes foi atribuído na subscrição e integralização de ações.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de fevereiro de 2008 aprovou o aumento do capital social da Companhia em R\$ 3.000.000.837,08, passando este de R\$ 3.229.526.940,59 para R\$ 6.229.527.777,67, mediante a emissão privada de 306.764.252 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 9,779499460975 por ação, preço este fixado com base no critério previsto no artigo 170, parágrafo primeiro, inciso II da Lei nº 6.404/76. Conseqüentemente foi aprovada a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

De acordo com a Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 07 de março de 2008 o capital social deverá ser completamente integralizado até 28 de fevereiro de 2009. Sendo assim, foi aprovada a inclusão de parágrafo único no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

Com a associação do ITAÚ e UNIBANCO anunciada em 03/11/2008 o Itaú Unibanco S.A. passou a ser o controlador da Dibens Leasing.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 14/01/2009, homologada pelo Banco Central (Bacen) em 09/02/2009, deliberada a incorporação total dos investimentos da empresa Itaubank Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, com base no balanço patrimonial de 31/12/2008, com aumento de capital de R\$ 537.773 e emissão de 50.771.670 ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 28/02/2009, homologada pelo Bacen em 16/09/2009, foi deliberada a incorporação parcial de parcela patrimonial da Itaubank Leasing S.A. no valor de R\$ 584.728 com base no balanço patrimonial de 31/12/2008 sem emissão de ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 03/08/2009, homologada pelo Bacn em 16/09/2009, foi deliberada a elevação do capital social em dinheiro no montante de R\$ 10.000.000, passando o capital de R\$ 7.352.029 para R\$ 17.352.029, mediante emissão de 574.076.638 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O capital social passou a ser representado por 1.499.278.391 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Evento	Alienação de parcela da participação societária detida na Serasa
Principais condições do negócio	Em junho de 2007, empresas do antigo conglomerado Itaú e do Unibanco (incluindo a Emissora) alienaram parte da participação societária detida na Serasa S.A. para Experian Brasil Aquisições Ltda., uma subsidiária brasileira da Experian Solutions, Inc., empresa líder mundial em análise de crédito. Foram vendidas aproximadamente 1,3 milhões de ações, correspondentes a 35,45% do total das ações de emissão da Serasa S.A., pelo valor R\$ 925,78 por ação. Na mesma data, nós e outra instituição financeira constituímos uma sociedade holding, BIU Participações S.A., cujo capital foi integralizado com ações da Serasa S.A. detidas por nós e pela outra instituição financeira. Em 11 de outubro de 2007, a BIU Participações S.A. vendeu aproximadamente 11 mil ações de emissão da Serasa S.A. para a Experian Brasil Aquisições Ltda. Tais transações (incluindo a venda ocorrida em junho de 2007) somaram aproximadamente R\$ 1,2 bilhões. Em razão do acordo de acionistas celebrado em decorrência das operações, possuímos o direito de indicar dois membros do Conselho de Administração da Serasa S.A.
Sociedades Envolvidas	Emissora, Itaú Unibanco Holding S.A., Serasa S.A., Experian Brasil Aquisições Ltda., Experian Solutions, Inc., BIU Participações S.A. e demais instituições financeiras acionistas da Serasa S.A.
Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário, especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores do Emissor	Não houve alteração no quadro societário do Emissor.
Quadro Societário Antes e Depois da Operação	Antes das operações, o conglomerado Itaú Unibanco detinha 51,79% do capital social da Serasa S.A. Após as alienações, diminuimos nossa participação no capital social da Serasa de forma que, em 31 de dezembro de 2009, detínhamos 16,1% de participação indireta no capital social da Serasa S.A., por meio da BIU Participações S.A.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

Não houve.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

A Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (DIBENS LEASING) tem por objeto a prática de todas as operações permitidas às sociedades de arrendamento mercantil pelas disposições legais e regulamentadas. As operações da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Dibens Leasing) são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sob o controle acionário do Itaú Unibanco Holding Financeira S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos. Em 3 de novembro de 2008, a Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e o Unibanco Holdings S.A. assinaram contrato de associação visando à unificação das operações financeiras do Banco Itaú S.A. e do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., de modo a formar o maior conglomerado financeiro privado do Hemisfério Sul. Esta operação foi homologada pelo BACEN em 18 de fevereiro de 2009.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Não há.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante*a) Controladores diretos e indiretos***Controladores Diretos**

Itaú Unibanco S.A.

Controladores Indiretos

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho

Alfredo Egydio Setubal

Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela

Beatriz de Mattos Setubal

Bruno Rizzo Setubal

Camila Rizzo Setubal

Carolina Marinho Lutz Setubal

Cia. E.Jonhston de Participações

Companhia ESA

Espólio de Olavo Egydio Setubal

Fernando Roberto Moreira Salles

Fernando Setubal Souza e Silva

Gabriel de Mattos Setubal

Guilherme Setubal Souza e Silva

Itaú Unibanco Holding S.A.

Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.

IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.

João Moreira Salles

José Luiz Egydio Setubal

Julia Guidon Setubal

Luiza Rizzo Setubal

Maria Alice Setubal

Maria de Lourdes Egydio Villela

Mariana Lucas Setubal

Marina Nugent Setubal

Olavo Egydio Setubal Júnior

Paula Lucas Setubal

Paulo Egydio Setubal

Paulo Setubal Neto

Pedro Moreira Salles

Ricardo Egydio Setubal

Ricardo Villela Marino

Roberto Egydio Setubal

Rodolfo Villela Marino

Tide Setubal Souza e Silva Nogueira

Walther Moreira Salles Júnior

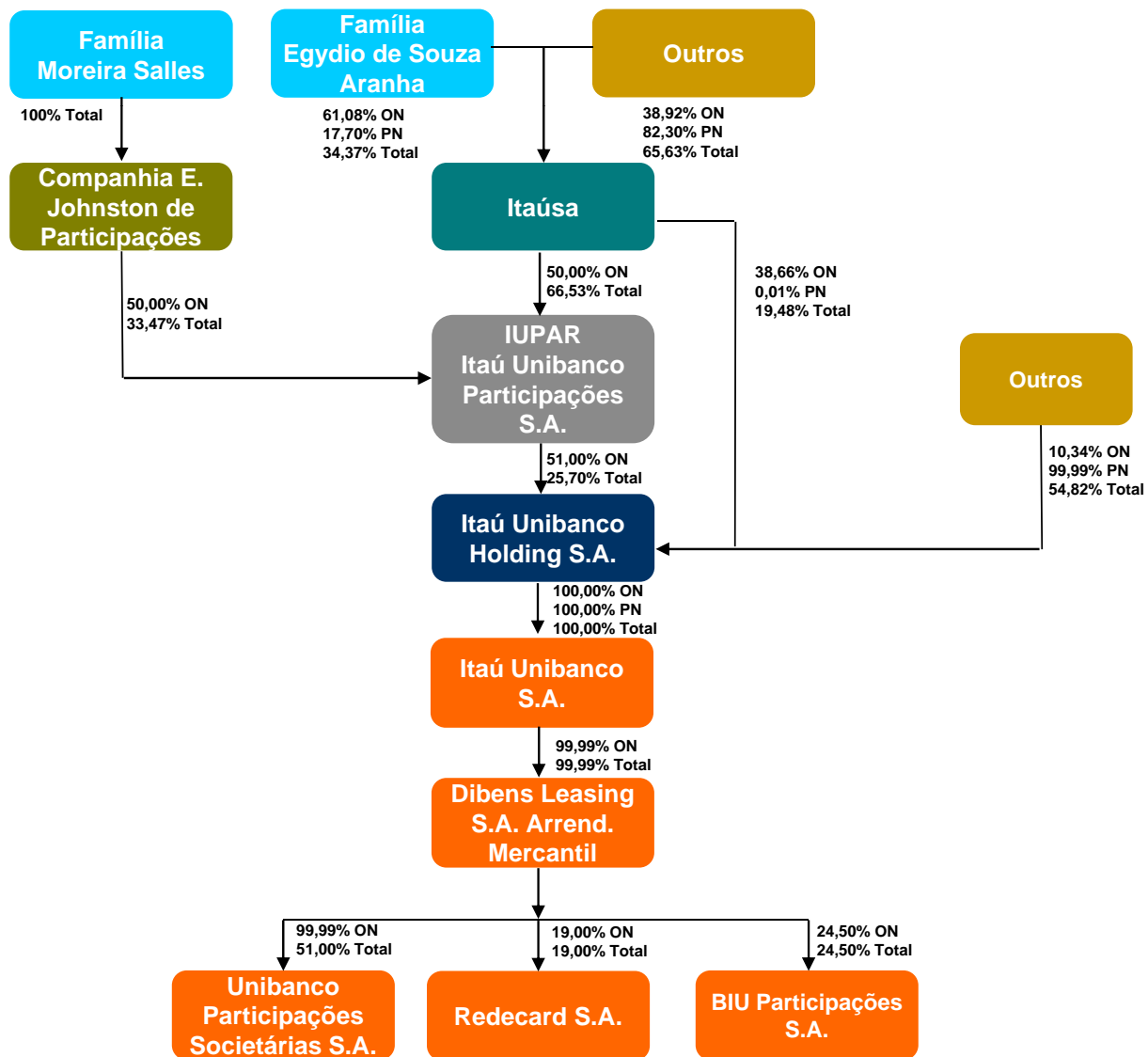
*b) controladas e coligadas**c) participações do emissor em sociedades do grupo**d) participações de sociedades do grupo no emissor**e) sociedades sob controle comum*

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

A tabela abaixo refere-se às alíneas "b" a "e" acima:

Denominação Social	Participação no Capital Votante (%)	Participação no Capital Social (%)	Controlada ou Coligada
No País			
UNIBANCO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.	99,99	51,00	Controlada
REDECARD S.A.	19,00	19,00	Controlada
BIU PARTICIPAÇÕES S.A.	24,50	24,50	Controlada

8. N



Data base: 31/12/2010

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O Item 6.5 deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes aos eventos societários.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
---------------------------------------	---------------------	-------------------	--------------------------	---------------------

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
---------------	--------------------	---------	---	------------------------------------

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Não há informações relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais; b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: I - Hipóteses de resgate e, II - Fórmula de cálculo do valor de resgate; c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos; d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas; e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez; f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: I - Contratos de empréstimo e financiamento relevantes, II - Outras relações de longo prazo com instituições financeiras, III - Grau de subordinação entre as dívidas e, IV - Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário; g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados; h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

2009 x 2008

Os ativos totalizaram R\$ 68.191 milhões em 31/12/2009 e estão substancialmente formados por Aplicações Interfinanceiras de Liquidez R\$ 46.211 milhões e Imobilizado de Arrendamento Mercantil Financeiro R\$ 14.544 milhões. Em 31/12/2009 o valor presente da carteira totalizou R\$ 7.414 milhões, estando representada substancialmente por arrendamento de veículos para pessoas físicas. Os recursos captados representaram R\$ 34.018 milhões, dos quais R\$ 34.007 milhões correspondem a debêntures.

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez são compostas por Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada com vencimento até 30 dias no montante de R\$ 18.602.542 mil (R\$ 8.306.480 mil em 31/12/2008) e Aplicações em Depósitos Interfinanceiros com vencimentos até 31 a 180 dias no montante de R\$ 3.669.602 mil, de 181 a 365 dias no montante de R\$ 5.089.936 mil (R\$ 1.104.793 mil em 31/12/2008) e acima de 365 dias no montante de R\$ 18.849.368 mil (R\$ 12.893.765 mil em 31/12/2008), totalizando R\$ 46.211.448 mil (R\$ 22.305.038 mil em 31/12/2008).

A carteira de crédito é composta por Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro de R\$ 7.411.262 mil (R\$ 9.019.797 mil em 31/12/2008) e Outros Créditos - Diversos de R\$ 2.539 mil (R\$ 4.499 mil em 31/12/2008).

Em 31/12/2009 o saldo acumulado de créditos renegociados totalizava R\$ 150.951 mil (R\$ 63.696 mil em 31/12/2008), sendo a respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de R\$ 10.859 mil (R\$ 2.108 mil em 31/12/2008).

Os Outros Créditos - Diversos totalizam R\$ 1.147.406 mil e estão compostos basicamente por Créditos Tributários R\$ 792.554 mil, Depósitos em Garantia de Provisões para Passivos Contingentes R\$ 126.467 mil, Depósitos em Garantia de Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias R\$ 168.083 mil e Impostos e Contribuições a Compensar R\$ 34.439 mil.

Em 31/12/2009 não existia posição em aberto no mercado de derivativos.

As Ações Fiscais e Previdenciárias decorrentes de processos administrativos de tributos federais e municipais somavam o montante de R\$ 60.277 mil (R\$ 61.974 mil em 31/12/2008) e Ações Cíveis no montante de R\$ 12.864 mil (R\$ 8.763 mil em 31/12/2008) registrados em Outras Obrigações - Diversas. O saldo do depósito de Processos Fiscais e Previdenciários totaliza R\$ 34.254 mil (R\$ 3.344 mil em 31/12/2008).

Os Processos Fiscais e Previdenciários somavam R\$ 244.922 mil, sendo as principais naturezas a incidência de ISS sobre operações de Leasing no montante de R\$ 134.081 mil e o indeferimento de pedido de compensação no montante de R\$ 57.588 mil.

O saldo do respectivo depósito em garantia totaliza R\$ 83.542 mil (R\$ 73.298 mil em 31/12/2008).

Em AGE de 03/08/2009, homologada pelo BACEN em 16/09/2009, foi deliberada a elevação do capital social em dinheiro no montante de R\$ 10.000.000 mil, mediante emissão de 574.076.638 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O capital social passou a ser representado por 1.499.278.391 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. Em 31/12/2009 foi provisionado o montante de R\$ 102.649 mil equivalente ao dividendo mínimo obrigatório registrado em Outras Obrigações - Sociais e Estatutárias.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em AGE de 14/01/2009, homologada pelo BACEN em 09/02/2009, foi deliberada a elevação do capital social em dinheiro no montante de R\$ 537.773 mil, mediante emissão de 50.771.670 ações ordinárias, sem valor nominal. Em AGE de 28/02/2009, homologada pelo BACEN em 16/09/2009, foi deliberada a incorporação parcial de parcela patrimonial da Itaubank Leasing S.A. no valor de R\$ 5.836.928 mil com base no balanço patrimonial de 31/12/2008, mediante emissão de 55.287.001 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL**Balanco Patrimonial***(Em Milhares de Reais)*

ATIVO	31/12/2009	31/12/2008	Varição
CIRCULANTE	27.816.625	9.849.467	182,4%
DISPONIBILIDADES	17.211	4.522	280,6%
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	27.362.080	9.411.273	190,7%
Aplicações no Mercado Aberto	18.602.542	8.306.480	124,0%
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.759.538	1.104.793	692,9%
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	96.473	21.803	342,5%
Carteira Própria	78.412	2.382	3191,9%
Vinculados a Prestação de Garantias	18.061	19.421	-7,0%
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	(142.495)	(66.216)	115,2%
Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido	4.516.622	1.809.569	149,6%
(Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear)	(4.494.241)	(1.771.731)	153,7%
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	(164.876)	(104.054)	58,5%
OUTROS CRÉDITOS	301.497	324.798	-7,2%
Rendas a Receber	132.471	176.159	-24,8%
Diversos	169.973	149.878	13,4%
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(947)	(1.239)	-23,6%
OUTROS VALORES E BENS	181.859	153.287	18,6%
Outros Valores e Bens	2.858	57.434	-95,0%
(Provisões para Desvalorizações)	(1.309)	(54.260)	-97,6%
Despesas Antecipadas	180.310	150.113	20,1%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	19.974.551	14.531.734	37,5%
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ - Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	18.849.368	12.893.765	46,2%
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	66.895	259.665	-74,2%
Carteira Própria	10.449	250.502	-95,8%
Vinculados a Prestação de Garantias	56.446	9.163	516,0%
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	(182.086)	(132.475)	37,4%
Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido	5.037.179	2.675.700	88,3%
(Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear)	(4.985.426)	(2.655.724)	87,7%
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	(233.839)	(152.451)	53,4%
OUTROS CRÉDITOS	976.710	1.079.844	-9,6%
Rendas a Receber	-	85.989	-
Diversos	977.433	995.348	-1,8%
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(723)	(1.493)	-51,6%
OUTROS VALORES E BENS - Despesas Antecipadas	263.664	430.935	-38,8%
PERMANENTE	20.399.952	16.690.720	22,2%
INVESTIMENTOS - Participações em Coligadas e Controlada	1.493.206	1.303.145	14,6%
IMOBILIZADO DE USO	-	7	-
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	14.543.790	15.387.568	-5,5%
Bens Arrendados	15.517.195	15.949.015	-2,7%
(Depreciações Acumuladas)	(973.405)	(561.447)	73,4%
INTANGÍVEL	4.362.956	-	-
Ágio de Incorporações	5.235.547	-	-
(-) Amortizações Acumuladas	(872.591)	-	-
TOTAL DO ATIVO	68.191.128	41.071.921	66,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais
DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL
Balanco Patrimonial
(Em Milhares de Reais)

PASSIVO	31/12/2009	31/12/2008	Varição
CIRCULANTE	3.809.732	4.142.054	-8,0%
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	46.193	10.864	325,2%
Recursos de Debêntures	-	7.583	-100,0%
Obrigações com Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	46.193	3.281	1307,9%
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	65.588	123.310	-46,8%
Empréstimos	145	-	-
Repases	65.443	123.310	-46,9%
OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.697.951	4.007.880	-7,7%
Sociais e Estatutárias	102.678	220.845	-53,5%
Fiscais e Previdenciárias	121.899	541.871	-77,5%
Credores por Antecipação de Valor Residual	3.445.843	2.592.384	32,9%
Diversas	27.531	652.780	-95,8%
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	39.009.961	28.261.838	38,0%
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	33.960.696	23.357.997	45,4%
Recursos de Debêntures	33.960.696	23.299.278	45,8%
Obrigações com Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	58.719	-
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES - Repases	225.317	245.344	-8,2%
Empréstimos	11.318	-	-
Repases	213.999	245.344	-12,8%
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	-	341	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.823.948	4.658.156	3,6%
Fiscais e Previdenciárias	995.420	816.138	22,0%
Credores por Antecipação de Valor Residual	3.760.819	3.833.201	-1,9%
Diversas	67.709	8.817	667,9%
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	3.971	5.388	-26,3%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.367.464	8.662.641	192,8%
Capital Social	17.352.029	6.229.528	178,5%
Reservas de Capital	5.236.062	-	-
Reservas de Lucros	2.779.364	2.433.154	14,2%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	9	(41)	-122,0%
TOTAL DO PASSIVO	68.191.128	41.071.921	66,0%

2008 x 2007

Os ativos totalizaram R\$ 41.072 milhões em 31/12/2008 e estão substancialmente formados por Aplicações Interfinanceiras de Liquidez R\$ 22.305 milhões e Imobilizado de Arrendamento Mercantil Financeiro R\$ 15.388 milhões. Em 31/12/2008 o valor presente da carteira totalizou R\$ 9.020 milhões, estando representada substancialmente por arrendamento de veículos para pessoas físicas.

A carteira de crédito é composta por Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro de R\$ 9.019.797 mil (R\$ 5.566.379 mil em 31/12/2007) e Outros Créditos - Diversos de R\$ 4.499 mil (R\$ 6.747 mil em 31/12/2007).

Em 31/12/2008 os Contratos de Forwards em Moeda Estrangeira apresentavam valor referencial de R\$ 67.077 mil e valor de mercado de R\$ (341) mil.

As debêntures em circulação no montante de R\$ 23.306.861 mil (2007 – R\$ 20.817.220 mil) estão registradas em “Recursos de debêntures”, no passivo circulante - R\$ 7.583 mil (2007 – R\$ 5.704 mil) e no exigível a longo prazo - R\$ 23.299.278 mil (2007 – R\$ 20.811.516 mil).

As obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior no montante de R\$ 62.000 mil (2007 – R\$ 46.961 mil) referem-se a eurobonds emitido em dólar norte americano com vencimento até julho de 2021. A taxa de juros do contrato em aberto em dezembro de 2008 é de 12,34% ao ano. O vencimento final considera o direito de o investidor solicitar resgate antecipado (put), quando aplicável.

As obrigações por repases no montante de R\$ 368.654 mil (2007 – R\$ 216.017 mil) referem-se a repases do Finame, cujos vencimentos ocorrerão até janeiro de 2014, e estão sujeitos a encargos financeiros definidos nas políticas operacionais do sistema BNDES.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2008, a Dibens Leasing mantinha provisão para causas tributárias no valor total de R\$ 227.564 mil (2007 – R\$ 212.737 mil), dentre as quais destacamos as principais: contribuição social de empresas sem empregados, no valor de R\$ 110.924 mil (2007 – R\$ 109.742 mil) e dedução dos tributos com exigibilidade suspensa e respectivos juros (Lei nº 8.541/92 Artigo 8º) no valor de R\$ 48.629 mil (2007 – R\$ 47.499 mil).

Os processos tributários classificados como Obrigações Legais montavam R\$ 105.741 mil (2007 – R\$ 239.220 mil), dos quais os principais são o indeferimento de pedido de compensação – R\$ 42.760 mil (2007 – R\$ 49.276 mil); incidência de ISS sobre operações de leasing – R\$ 38.241 mil (2007 – R\$ 20.598 mil); e cobrança de CPMF nas operações de arrendamento mercantil no ano de 2007 – R\$ 145.205 mil.

O capital social, subscrito e integralizado, é constituído por 819.143.082 (2007 – 512.378.830) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas pertencentes a acionistas domiciliados no país. Durante o exercício, foram registrados aumentos de capital social, propostos pelo Conselho de Administração da Sociedade e homologados pelo Banco Central do Brasil, os quais ocorreram em Março, Junho e Outubro de 2007 e Fevereiro de 2008 nos valores de R\$ 600.000 mil, R\$ 600.008 mil, R\$ 1.600.000 mil e R\$ 3.000.001 mil, respectivamente.

Aos acionistas está assegurado dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício disponível para distribuição. Em dezembro de 2008, foi proposta pela Administração a distribuição de dividendos no montante de R\$ 124.359 mil equivalente a R\$ 0,151815973 por lote de mil ações, pendente de aprovação em Assembléia. Em junho de 2008, foi proposta pela Administração a distribuição de dividendos no montante de R\$ 95.737 mil equivalente a R\$ 0,1168739 por lote de mil ações, pendente de aprovação em Assembléia. Em dezembro de 2007, foram propostos dividendos no montante de R\$ 537.772 mil equivalente a R\$ 1,0495599 por ação ordinária, aprovado em Assembléia Geral Ordinária de abril de 2008. O pagamento foi efetuado em dezembro de 2008.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais
DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL
Balanco Patrimonial
(Em Milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2008	31/12/2007	Varição
CIRCULANTE	9.849.467	6.340.722	55,3%
DISPONIBILIDADES	4.522	5.814	-22,2%
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	9.411.273	5.117.874	83,9%
Aplicações no Mercado Aberto	8.306.480	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.104.793	5.117.874	-78,4%
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	21.803	14.738	47,9%
Carteira Própria	2.382	3.597	-33,8%
Vinculados a Prestação de Garantias	19.421	11.141	74,3%
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	(66.216)	(60.994)	8,6%
Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido	1.809.569	951.627	90,2%
(Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear)	(1.771.731)	(937.019)	89,1%
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	(104.054)	(75.602)	37,6%
OUTROS CRÉDITOS	324.798	1.241.360	-73,8%
Rendas a Receber	176.159	645.368	-72,7%
Diversos	149.878	598.162	-74,9%
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.239)	(2.170)	-42,9%
OUTROS VALORES E BENS	153.287	21.930	599,0%
Outros Valores e Bens	57.434	29.499	94,7%
(Provisões para Desvalorizações)	(54.260)	(9.714)	458,6%
Despesas Antecipadas	150.113	2.145	6898,3%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	14.531.734	14.061.879	3,3%
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ - Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.893.765	13.619.392	-5,3%
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	259.665	55.396	368,7%
Carteira Própria	250.502	36.463	587,0%
Vinculados a Prestação de Garantias	9.163	18.933	-51,6%
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	(132.475)	(117.807)	12,5%
Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido	2.675.700	1.482.870	80,4%
(Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear)	(2.655.724)	(1.482.870)	79,1%
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	(152.451)	(117.807)	29,4%
OUTROS CRÉDITOS	1.079.844	501.556	115,3%
Rendas a Receber	85.989	55.735	54,3%
Diversos	995.348	449.630	121,4%
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.493)	(3.809)	-60,8%
OUTROS VALORES E BENS - Despesas Antecipadas	430.935	3.342	12794,5%
PERMANENTE	16.690.720	10.364.518	61,0%
INVESTIMENTOS - Participações em Coligadas e Controlada	1.303.145	1.234.022	5,6%
IMOBILIZADO DE USO	7	16	-56,3%
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	15.387.568	9.130.480	68,5%
Bens Arrendados	15.949.015	9.961.955	60,1%
(Depreciações Acumuladas)	(561.447)	(831.475)	-32,5%
TOTAL DO ATIVO	41.071.921	30.767.119	33,5%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL
Balanco Patrimonial
(Em Milhares de Reais)

PASSIVO	31/12/2008	31/12/2007	Varição
CIRCULANTE	4.142.054	2.172.785	90,6%
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	10.864	8.160	33,1%
Recursos de Debêntures	7.583	5.704	32,9%
Obrigações com Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	3.281	2.456	33,6%
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	123.310	8.941	1279,2%
Repasses	123.310	8.941	1279,2%
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.007.880	2.155.684	85,9%
Sociais e Estatutárias	220.845	539.323	-59,1%
Fiscais e Previdenciárias	541.871	190.691	184,2%
Credores por Antecipação de Valor Residual	2.592.384	1.398.891	85,3%
Diversas	652.780	26.779	2337,7%
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	28.261.838	23.635.241	19,6%
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	23.357.997	20.856.021	12,0%
Recursos de Debêntures	23.299.278	20.811.516	12,0%
Obrigações com Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	58.719	44.505	31,9%
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES - Repasses	245.344	207.076	18,5%
Repasses	245.344	207.076	18,5%
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	341	-	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.658.156	2.572.144	81,1%
Fiscais e Previdenciárias	816.138	379.477	115,1%
Credores por Antecipação de Valor Residual	3.833.201	2.179.818	75,8%
Diversas	8.817	12.849	-31,4%
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	5.388	3.013	78,8%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.662.641	4.956.080	74,8%
Capital Social	6.229.528	3.229.527	92,9%
Reservas de Lucros	2.433.154	1.726.533	40,9%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(41)	20	-305,0%
TOTAL DO PASSIVO	41.071.921	30.767.119	33,5%

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações do emissor, em especial: I - Descrição de quaisquer componentes importantes da receita e, II - Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais; b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços; c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

2009 x 2008

A Dibens Leasing S.A. apresentou ao final do período resultado operacional de R\$ 480.594 mil (R\$ 1.303.214 mil de 01/01 a 31/12/2008) e lucro líquido de R\$ 432.206 mil (R\$ 926.718 mil de 01/01 a 31/12/2008).

A Dibens Leasing, aderiu ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais, instituído pela Lei 11.941, de 27/05/2009. O programa incluiu débitos relacionados a tributos federais vencidos até 30 de novembro de 2008. A principal tese inserida no programa foi o questionamento sobre a constitucionalidade da exigência da contribuição ao INSS das empresas que não possuem empregados (Lei 7.689/88), por não se enquadrarem na condição de "empregador", conforme previsto no art. 195 da Constituição Federal de 1988. O efeito líquido no resultado de 01/01 a 31/12/2009 foi de R\$ 43.741 mil, registrado em Outras Receitas Operacionais. A DIBENS LEASING, com base na opinião de assessores legais, não está envolvida em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente os resultados de suas operações.

O lucro líquido por ação foi de R\$ 0,29 (R\$ 1,13 de 01/01 a 31/12/2008), enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 16,92 (R\$ 10,58 em 31/12/2008).

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL
Demonstração do Resultado
 (Em Milhares de Reais)

	01/01 a 31/12/2009	01/01 a 31/12/2008	Varição
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.036.392	6.948.290	15,7%
Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil	5.040.183	4.426.282	13,9%
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3.702.353	2.508.974	47,6%
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(706.144)	13.034	-5517,7%
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(6.907.611)	(6.005.121)	15,0%
Operações de Captação no Mercado	(2.727.400)	(2.600.218)	4,9%
Operações de Arrendamento Mercantil	(4.006.768)	(3.313.359)	20,9%
Operações de Empréstimos e Repasses	(28.114)	(27.816)	1,1%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(145.329)	(63.728)	128,0%
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.128.781	943.169	19,7%
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(648.187)	360.045	-280,0%
Receitas de Prestação de Serviços	18.995	70.059	-72,9%
Despesas de Pessoal	(24.039)	(3.158)	661,2%
Outras Despesas Administrativas	(30.184)	(40.422)	-25,3%
Resultado de Participações em Controladas	341.560	430.817	-20,7%
Despesas Tributárias	(39.853)	(64.470)	-38,2%
Outras Receitas Operacionais	48.255	33.955	42,1%
Outras Despesas Operacionais	(962.921)	(66.736)	1342,9%
RESULTADO OPERACIONAL	480.594	1.303.214	-63,1%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(1.684)	(60.824)	-97,2%
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	478.910	1.242.390	-61,5%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(46.688)	(315.672)	-85,2%
Devidos Sobre Operações do Período	(25.142)	(850.129)	-97,0%
Referentes a Diferenças Temporárias	(21.546)	534.457	-104,0%
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO - Empregados - Lei nº 10.101 de 19/12/2000	(16)	-	-
LUCRO LÍQUIDO	432.206	926.718	-53,4%
Nº DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.499.278.391	819.143.082	
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$	0,29	1,13	
VALOR PATRIMONIAL POR AÇÃO - R\$	16,92	10,58	

2008 x 2007

A Dibens Leasing S.A. apresentou ao final do período resultado operacional de R\$ 1.303.214 mil (R\$ 647.677 mil de 01/01 a 31/12/2007) e lucro líquido de R\$ 926.718 mil (R\$ 2.355.997 mil de 01/01 a 31/12/2007).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2007 foi registrado no resultado, como evento não recorrente, principalmente o efeito da alienação de investimentos (Redecard) no valor de R\$ 1.617.976 mil, líquido dos efeitos tributários. Sem considerar os eventos não recorrentes, o lucro líquido de 2007 seria R\$ 497.788 mil.

O lucro líquido por ação foi de R\$ 1,13 (R\$ 4,60 de 01/01 a 31/12/2007), enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 10,58 (R\$ 9,67 em 31/12/2007).

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL
Demonstração do Resultado
(Em Milhares de Reais)

	01/01 a 31/12/2008	01/01 a 31/12/2007	Varição
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.948.290	3.669.508	89,4%
Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil	4.426.282	2.140.867	106,8%
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	2.508.974	1.542.177	62,7%
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	13.034	(13.536)	-196,3%
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(6.005.121)	(3.410.355)	76,1%
Operações de Captação no Mercado	(2.600.218)	(1.721.742)	51,0%
Operações de Arrendamento Mercantil	(3.313.359)	(1.567.449)	111,4%
Operações de Empréstimos e Repasses	(27.816)	(11.709)	137,6%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(63.728)	(109.455)	-41,8%
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	943.169	259.153	263,9%
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	360.045	388.524	-7,3%
Receitas de Prestação de Serviços	70.059	92.879	-24,6%
Despesas de Pessoal	(3.158)	(1.178)	168,1%
Outras Despesas Administrativas	(40.422)	(13.673)	195,6%
Resultado de Participações em Controladas	430.817	242.691	77,5%
Despesas Tributárias	(64.470)	(27.013)	138,7%
Outras Receitas Operacionais	33.955	224.054	-84,8%
Outras Despesas Operacionais	(66.736)	(129.236)	-48,4%
RESULTADO OPERACIONAL	1.303.214	647.677	101,2%
RESULTADO DE EVENTOS NÃO RECORRENTES	-	1.858.209	-
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(60.824)	(8.536)	612,6%
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	1.242.390	2.497.350	-50,3%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(315.672)	(137.930)	128,9%
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO - Empregados - Lei nº 10.101 de 19/12/2000	-	(3.423)	-
LUCRO LÍQUIDO	926.718	2.355.997	-60,7%
Nº DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	819.143.082	512.378.830	
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$	1,13	4,60	
VALOR PATRIMONIAL POR AÇÃO - R\$	10,58	9,67	

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica.

c) Eventos ou operações não usuais

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

2007

Não houve alterações relevantes em práticas contábeis

2008

Lei nº 11.638 - Em 28/12/2007 foi sancionada a Lei nº 11.638 que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e da Lei nº 6.385, de 07/12/1976 sobre práticas contábeis, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

Apresentamos a seguir as principais alterações promovidas pela lei já contempladas nas demonstrações contábeis de 31/12/2008:

- Divulgação da Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método indireto em substituição à Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. Esta Demonstração não está sendo apresentada de forma comparativa de acordo com a Resolução nº 3.604, de 29/08/2008, do CMN;
- Critério de classificação e avaliação a preço de mercado dos instrumentos financeiros. A BFB LEASING já aplicava esses critérios em atendimento às normas já requeridas pelo BACEN (Notas 3b e 5);
- Alteração do tratamento dos incentivos fiscais, que passaram a transitar pelo resultado, facultando sua destinação para Reserva de Lucros, excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Esta resolução não produziu efeitos nas demonstrações contábeis da BFB LEASING.
- Os ativos e passivos de longo prazo já estão apresentados, substancialmente, a valor presente segundo taxas contratuais. Esta alteração aguarda regulamentação do BACEN.

2009

Inclusão da prática contábil abaixo:

Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. A partir do exercício de 2008, este procedimento passou a ser realizado anualmente, ao término de cada exercício.

b) Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

c) Ressalvas e ênfases no parecer dos auditores

A Instituição registra as suas operações e elabora suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que requerem que o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil seja classificado no ativo permanente como superveniência/insuficiência de depreciação. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante e realizável a longo prazo e receitas/despesas de intermediação financeira – operações de arrendamento mercantil, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil é responsável por estabelecer e manter Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis da companhia.

O controle interno relacionado às demonstrações contábeis é um processo desenvolvido para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações contábeis divulgadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos relacionados às demonstrações contábeis incluem as políticas e procedimentos que: (i) se relacionam à manutenção dos registros que, em detalhe razoável, reflete precisa e adequadamente as transações e baixas dos ativos da companhia; (ii) fornecem conforto razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações contábeis de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e que os recebimentos e pagamentos da companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da administração e dos diretores da companhia; e (iii) fornecem conforto razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou destinação não autorizados dos ativos da companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações contábeis podem não evitar ou detectar erros. Portanto, mesmo os sistemas determinados a serem efetivos podem apenas fornecer conforto razoável a respeito da elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Da mesma forma, projeções de qualquer avaliação sobre sua efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou ocorrer deterioração no nível de conformidade com as práticas ou procedimentos.

A Administração avaliou a efetividade dos Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis da companhia para 31 de dezembro de 2009 de acordo com os critérios definidos pelo COSO – Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission in Internal Control – Integrated Framework. A avaliação da Administração incluiu documentação, avaliação e teste do desenho e da efetividade dos controles internos relacionados às demonstrações contábeis. Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que, para 31 de dezembro de 2009, os Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis são efetivos.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

No relatório do auditor independente, não observamos nenhuma deficiência e recomendações sobre os controles internos que apresente risco de falha ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

No entanto, cabe destacar a maneira como a Dibens Leasing executa o monitoramento dos apontamentos e planos de ação. As deficiências e recomendações das auditorias (interna e externa) são monitoradas mensalmente pelas Áreas Executivas, por meio de comitês multidisciplinares e com a presença de representantes da Auditoria Interna e de Risco Operacional.

Adicionalmente, os resultados deste monitoramento são reportados de forma periódica ao Comitê Executivo da Instituição, bem como ao Comitê de Auditoria.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

I - Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

II - Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

III - Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

IV - Contratos de construção não terminada

V - Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Em relação ao subitem "a-II" não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades. Quanto aos demais subitens não constam na instituição.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

b) Natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a) Objeto da projeção

Não há.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não há.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não há.

d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não há.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não há.

b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não há.

c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não há.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

a) Atribuições de cada órgão e comitê

A Emissora é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, havendo ainda a previsão de instauração de um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente.

a.1 Conselho de Administração

O Conselho de Administração, com atuação colegiada, é órgão obrigatório da companhia aberta. A ele compete:

- a) estabelecer a orientação geral dos negócios e a fixação das políticas e diretrizes básicas da Emissora;
- b) convocar as assembleias gerais dos acionistas;
- c) submeter à Assembleia Geral propostas objetivando: I - aumento ou redução do capital social; II - operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação de tipo societário; e III - reformas estatutárias;
- d) deliberar sobre: I - definição de novas áreas de atuação; II - associação ou combinações societárias envolvendo a Emissora, inclusive participação em acordos de acionistas; III - aquisição, alienação, aumento ou redução de participações em sociedades controladas, coligadas e criação de subsidiárias; IV - aquisição, alienação, aumento ou redução de participações em outras sociedades, observadas as prescrições legais; V - aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais; e VI - os orçamentos de resultados e de investimentos e respectivos planos de ação que lhe forem submetidos;
- e) por proposta da Diretoria Executiva: I - examinar e deliberar sobre os balanços semestrais e decidir quanto à distribuição e aplicação dos lucros, observadas as disposições do Estatuto Social; e II - deliberar sobre o relatório anual aos acionistas, as contas da Diretoria Executiva e as Demonstrações Financeiras de cada exercício, a serem submetidas à Assembleia Geral;
- f) fixar a remuneração de cada um dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, até o montante global aprovado pela Assembleia Geral;
- g) indicar o substituto do Diretor Presidente e de qualquer dos membros da Diretoria Executiva, nas hipóteses previstas no Estatuto Social;
- h) autorizar, quando considerar necessária, a representação da Emissora individualmente por um membro da Diretoria Executiva ou por um procurador, devendo a respectiva deliberação indicar os atos que poderão ser praticados;
- i) eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva e fixar as suas atribuições;
- j) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Emissora, solicitar informações sobre contratos celebrados, ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- l) supervisionar e orientar a atuação da Diretoria Executiva;
- m) escolher e destituir auditores independentes;
- n) avocar para sua órbita de deliberação assuntos específicos de interesse da Emissora e deliberar sobre os casos omissos; e
- o) deliberar sobre a aquisição de ações de própria emissão, observado o disposto no Estatuto Social.

O Conselho de Administração é composto por acionistas da Emissora e pode ter de 3 (três) a 5 (cinco) membros. Os Conselheiros exercerão os mandatos pelo prazo de 1 (um) ano.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Na primeira reunião após a Assembleia Geral que o eleger, o Conselho escolherá, entre seus pares, o seu Presidente, ao qual competirá convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração e presidir as Assembleias Geais.

O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada semestre e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. As deliberações de referido órgão serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente, além do próprio voto, o de qualidade, no caso de empate.

a.2 Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é o órgão responsável pela administração e gestão dos negócios sociais da Emissora, podendo realizar todas as operações e praticar os atos que se relacionarem com o objeto da Emissora, cabendo-lhe:

- a) fazer levantar os balanços semestrais e propor a sua aprovação ao Conselho de Administração, juntamente com a proposta de distribuição e aplicação dos lucros, observadas as disposições do Estatuto Social;
- b) submeter à aprovação do Conselho de Administração o Relatório Anual aos Acionistas e as Demonstrações Financeiras de cada exercício, com vistas a sua apresentação à Assembleia Geral;
- c) autorizar a instalação, a alteração de endereço e a extinção de agências ou dependências, inclusive no exterior;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e o estatuto social;
- e) aprovar e alterar a estrutura administrativa e o regimento interno da Emissora;
- f) fixar alçadas para decisões nas áreas administrativa e operacional; e
- g) submeter a aprovação do Conselho de Administração os orçamentos de resultados e de investimentos e os respectivos planos de ação e implementar as decisões tomadas.

Esse órgão deverá ter de 2 (dois) a 7 (sete) membros, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo 01 (um) Diretor Presidente e de 1 (um) a 06 (seis) Diretores Executivos. Os Diretores exercerão os mandatos pelo prazo de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

A Diretoria Executiva reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente. Suas deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente da reunião, além do próprio voto, o de qualidade, no caso de empate.

Como regra geral, a representação ativa e passiva da Emissora será exercida, conjuntamente, por dois membros da Diretoria Executiva, por um membro da Diretoria Executiva e um procurador, por dois procuradores, ou, isoladamente, por qualquer destas pessoas, nas hipóteses previstas no Estatuto Social. A constituição de procuradores poderá ser realizada nos casos (i) de mandatos com cláusula "ad judicium" estes por prazo indeterminado, compreendendo inclusive os atos de renúncia, desistência, transação, recebimento e quitação; (ii) de atos especificamente discriminados nos respectivos instrumentos de mandato, observadas as disposições do Estatuto Social; e (iii) quando o outorgado for pessoa jurídica.

a.3. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é órgão independente da administração, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos em Assembleia Geral para exercer as atribuições previstas em Lei.

De acordo com o Estatuto Social da Emissora, o Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente e sua instalação, conforme a Lei das Sociedades Anônimas, depende de deliberação da Assembleia Geral. O Conselho Fiscal não foi instalado no período que compreende 2007, 2008 e 2009.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Não aplicável.

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não aplicável.

d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

De acordo com o Estatuto Social da Emissora, compete ao Diretor Presidente:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva, podendo indicar, para fazê-lo, em seu lugar, qualquer dos Diretores;
- b) orientar a administração e gestão dos negócios sociais, supervisionando os trabalhos da Diretoria Executiva, de forma a assegurar a plena implementação e execução das políticas e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;
- c) coordenar a atuação dos Diretores que estiverem sob sua supervisão direta, inclusive as decisões inter-áreas e acompanhamento dos respectivos desempenhos;
- d) tomar as decisões de sua alçada;
- e) tomar decisões de caráter de urgência de competência da Diretoria Executiva, "ad referendum" desta;
- f) indicar os substitutos eventuais dos Diretores, nas hipóteses previstas no Estatuto Social; e
- g) zelar pela formação dos quadros dirigentes, acompanhando seu desempenho e desenvolvimento profissional.

Já aos Diretores Executivos da Emissora competem as atribuições que lhes forem fixadas pelo Conselho de Administração. Além disso, como mencionado no item a.2, aos diretores executivos compete a representação ativa e passiva da Emissora.

e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Não aplicável.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

12.2. Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Não houve solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nos últimos três exercícios sociais.

f) Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Os acionistas podem ser representados nas assembleias gerais por procurador, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

De modo a facilitar os trabalhos, o Emissor sugere que os acionistas representados por procuradores enviem por correio ou portador para Centro Empresarial Itaú Unibanco, Superintendência de Assuntos Corporativos, Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Parque Jabaquara, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, CEP 04344-902 ou pelo fax (011) 5019-8103, ou ainda e-mail relacoes.investidores@itau-unibanco.com.br, com antecedência mínima de 48 horas, cópia dos seguintes documentos:

a) Pessoas Jurídicas – estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e a correspondente procuração, com firma reconhecida em cartório.

b) Pessoas Físicas – a correspondente procuração, com firma reconhecida em cartório.

No momento da assembleia, será necessário que o acionista ou seu representante apresente, conforme o caso, documento de identidade.

O Emissor ainda não possui um sistema de aceitação de procuração por meio eletrônico.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Marco Antonio Antunes		Pertence apenas à Diretoria	29/04/2010	Abril de 2013	0
002.975.098-96	Engenheiro	19 - Outros Diretores	14/06/2010	Não	0%
Diretor de Relações com Investidores					
Marcos Vanderlei Belini Ferreira		Pertence apenas à Diretoria	29/04/2011	Abril de 2013	0
203.593.732-91	Bacharel em Direito	19 - Outros Diretores	29/04/2011	Não	0%
Não há					
Marco Antonio Sudano		Pertence apenas à Diretoria	29/04/2011	Abril de 2013	0
077.938.298-67	Administrador	19 - Outros Diretores	29/04/2011	Não	0%
Não há					
LINDA AGARINAKAMURA		Pertence apenas à Diretoria	29/04/2011	Abril de 2013	0
757.144.188-91	Matemática	19 - Outros Diretores	29/04/2011	Não	0%
Não há					
CAIO IBRAHIM DAVID		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2011	Anual	0
101.398.578-85	Engenheiro	29 - Outros Conselheiros	29/04/2011	Sim	0%
Não Há					
Márcio de Andrade Schettini		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2011	Anual	0
662.031.207-15	Engenheiro	29 - Outros Conselheiros	29/04/2011	Sim	0%
Não Há					
Marcos de Barros Lisboa		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2011	Anual	0
806.030.257-49	Economista	29 - Outros Conselheiros	29/04/2011	Sim	0%
Não Há					
Luís Otávio Matias		Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2011	Anual	0
088.508.538-82	Advogado	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	29/04/2011	Sim	0%
Não há					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Marco Antonio Antunes - 002.975.098-96

Experiência Profissional

Itaú Unibanco Holding S.A.:

Diretor Gerente desde maio de 2005.

Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.:

Diretor Gerente Sênior desde abril de 2008, Diretor Gerente de março de 2000 a abril de 2008.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

BFB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil:

Diretor desde abril de 2003.

Atividade principal da empresa: Arrendamento Mercantil

Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil:

Diretor Executivo desde novembro de 2009

Atividade principal da empresa: Arrendamento Mercantil

Banco Itaucard S.A.:

Diretor desde julho de 2000.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial

Investimentos Bemge S.A.:

Diretor desde setembro de 1998.

Atividade principal da empresa: Holdings de instituições não-financeiras

Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento:

Diretor desde janeiro de 2005.

Atividade principal da empresa: Sociedade de crédito, financiamento e investimento.

Formação Acadêmica: Engenheiro Metalúrgico, formado pela Universidade Mackenzie, em 1982 e Especialização em Contabilidade e Finanças - FIPECAFI - Universidade de São Paulo (USP) - Nível Mestrado.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Itaú Unibanco Holding S.A., BFB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, Dibens Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e Investimentos Bemge S.A. nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – NÃO

Marcos Vanderlei Belini Ferreira - 203.593.732-91

Experiência Profissional

Dibens Leasing S.A.

Diretor desde abril de 2011

Atividade principal da empresa: Leasing

Itaú Unibanco S.A.

Diretor desde abril de 2009

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Banco Itaucard Financiamentos S.A.

Diretor desde agosto de 2004
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo

Banco Fiat S.A.
Diretor desde junho de 2009
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo

Banestado Leasing S.A.
Diretor desde junho de 2009
Atividade principal da empresa: Leasing

Banco Itauleasing S.A.
Diretor desde junho de 2009
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo

Formação Acadêmica: Graduado em Direito pela Universidade Brás Cuba, em 1996 e Master Business Administration em Gestão Empresarial, em 2002, pela Fundação Getúlio Vargas EPGE.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas
? Dibens Leasing S.A. e Itaú Unibanco S.A.. nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – NÃO

Marco Antonio Sudano - 077.938.298-67

Experiência Profissional

BFB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Diretor desde junho de 2010.

Atividade principal da empresa: arrendamento mercantil

Itaú Unibanco S.A.

Diretor desde abril de 2008, Diretor Gerente de setembro de 2006 a abril de 2008.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial

Banco Itaú BBA S.A.

Diretor desde abril de 2009.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira de investimento

Banco ItauBank S.A.

Superintendente Executivo de janeiro a setembro de 2006.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial

Quantix Investimentos

Diretor de Investimentos – Sócio-fundador de outubro de 2003 a agosto de 2005

Atividade principal da empresa: Empresa de Investimentos

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

Diretor de Tesouraria de janeiro de 2003 a outubro de 2003

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial

Unibanco Asset Management S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Diretor de Investimentos de abril de 2001 a janeiro de 2003

Atividade principal da empresa: Empresa distribuidora de títulos e valores mobiliários

JP Morgan & Co.

Diretor das Mesas de Moeda Estrangeira de abril de 1992 a abril de 2001

Formação Acadêmica: Graduado em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo, FEA/USP, em 1987, obteve, em 1991, o título de Master Business Administration com especialização em Finanças, pela The New York University, NY (USA) e Fundação Getúlio Vargas, cursando metade das disciplinas em universidade no exterior.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

? BFB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil no cargo acima especificado.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – NÃO

LINDA AGARINAKAMURA - 757.144.188-91

Experiência Profissional

Dibens Leasing S.A.

Diretor desde abril de 2011

Atividade principal da empresa: Leasing

Itaú Unibanco S.A.

Diretor desde agosto de 2007

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Banco Investcred Unibanco S.A.

Diretor desde abril de 2010

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo

FAI – Financeira Americanas Itaú S.A.

Diretor desde julho de 2009

Atividade principal da empresa: Financeira

Financeira Itaú CBD S.A.

Diretor desde julho de 2009

Atividade principal da empresa: Financeira

Formação Acadêmica: Formada em Matemática pela Faculdade Osvaldo Cruz, em 1979.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas ? Dibens Leasing S.A. e Itaú Unibanco S.A.. nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – NÃO

CAIO IBRAHIM DAVID - 101.398.578-85

Experiência Profissional

Itaú Unibanco Holding S.A.

Diretor Executivo desde maio de 2010

Atividade principal da empresa: Holding

Itaú Unibanco S.A.

Diretor Executivo desde abril de 2010

Gerente Geral de janeiro de 2000 a março de 2003

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Banco Itaú BBA S.A.

Diretor Executivo desde abril de 2008; Diretor de abril de 2003 a abril de 2008

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira de investimento

Itauseg Participações S.A.

Diretor Executivo desde abril de 2010.

Atividade principal da empresa: Holding

BFB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Membro do Conselho de Administração desde abril de 2010.

Atividade principal da empresa: arrendamento mercantil

Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Membro do Conselho de Administração desde abril de 2010.

Atividade principal da empresa: arrendamento mercantil

Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento:

Presidente Suplente do Conselho de Administração desde abril de 2010.

Atividade principal da empresa: Sociedade de crédito, financiamento e investimento.

Bankers Trust Co.

Summer Associate – Global Risk Management de maio a agosto de 1998.

Formação Acadêmica: Engenheiro mecânico pela Universidade Mackenzie (1986-1990) com pós-graduação em Economia e Finanças pela Universidade de São Paulo (1992-1993) e mestrado em Controladoria também pela Universidade de São Paulo (1994-1997) e MBA pela New York University (1997-1999) com especialização em finance, accounting e international business.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Itaú Unibanco Holding S.A., Itaú Unibanco S.A., BFB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil e Itauseg Participações S.A. nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – NÃO

Márcio de Andrade Schettini - 662.031.207-15

Experiência Profissional

Dibens Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Membro do Conselho de Administração desde dezembro de 2004

Atividade principal da empresa: arrendamento mercantil

Itaú Unibanco S.A.

Diretor Vice-Presidente desde novembro de 2008.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Banco Itaucred Financiamentos S.A.

Diretor Vice-Presidente desde abril de 2009.

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

Diretor Vice-Presidente Executivo de abril de 2004 a abril de 2009

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Formação Acadêmica: Graduado em Engenharia e mestre em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde também se especializou em modelos matemáticos. Coursou também o Programa de Administração para Proprietários e Presidentes na Harvard University.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Dibens Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Marcos de Barros Lisboa - 806.030.257-49

Experiência Profissional

Itaú Unibanco Holding S.A.

Diretor Executivo desde abril de 2009.

Atividade principal da empresa: Holding

Itaú Unibanco S.A.

Diretor Executivo desde novembro de 2008.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial

Itaú Seguros S.A.

Diretor desde março de 2009.

Atividade principal da empresa: seguros

Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Membro do Conselho de Administração desde abril de 2009.

Atividade principal da empresa: arrendamento mercantil

UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A.

Diretor Executivo de julho de 2006 a outubro de 2009.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial

Formação Acadêmica: Doutorado em Economia – University of Pennsylvania, Estados Unidos, Mestre em Economia Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ, Graduado em Economia – Universidade do Rio de Janeiro UFRJ.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Itaú Unibanco Holding S.A., Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A. nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – NÃO

Lúis Otávio Matias - 088.508.538-82

Experiência Profissional

BFB Leasing S.A.

Presidente do Conselho de Administração desde abril de 2011

Atividade principal da empresa: arrendamento mercantil

Itaú Unibanco S.A.

Diretor Executivo desde abril de 2010

Gerente Geral de janeiro de 2000 a março de 2003

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Presidente do Conselho de Administração desde abril de 2011

Atividade principal da empresa: arrendamento mercantil

Banco Itaucred Financiamentos S.A.

Diretor desde agosto de 2004

Atividade principal da empresa: Banco

Banco Fiat S.A.

Presidente Suplente do Conselho de Administração desde abril de 2010.

Atividade principal da empresa: Sociedade de crédito, financiamento e investimento.

Bankers Trust Co.

Summer Associate – Global Risk Management de maio a agosto de 1998.

Formação Acadêmica: Bacharel em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU, graduado em 1992.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

? Itaú Unibanco S.A., BFB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – NÃO

Marco Antonio Antunes - 002.975.098-96

Marcos Vanderlei Belini Ferreira - 203.593.732-91

Marco Antonio Sudano - 077.938.298-67

LINDA AGARINAKAMURA - 757.144.188-91

CAIO IBRAHIM DAVID - 101.398.578-85

Márcio de Andrade Schettini - 662.031.207-15

Marcos de Barros Lisboa - 806.030.257-49

Luís Otávio Matias - 088.508.538-82

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Não aplicável.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,67	3,00		7,67
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	410.988,00	0,00		410.988,00
Benefícios direto e indireto	85.993,00	0,00		85.993,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	496.981,00	0,00		496.981,00

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Não aplicável.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Não aplicável.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

Não aplicável.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

Não aplicável.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

Não aplicável.

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

Não aplicável.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
	31/12/2009	31/12/2009	31/12/2009
Nº de membros	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração	0,00	0,00	0,00

Observação**Diretoria Estatutária**

31/12/2009	Não aplicável.
-------------------	----------------

Conselho de Administração

31/12/2009	Não aplicável.
-------------------	----------------

Conselho Fiscal

31/12/2009	Não aplicável.
-------------------	----------------

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

Não aplicável.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.**Exercício de 2009**

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Partes relacionadas	100%	zero	N/A

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

Não aplicável.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

Não aplicável.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Não há.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Itaú Unibanco S.A.						
60.701.190/0001-04	Brasileira-SP	Não	Sim	30/04/2010		
1.499.278.387	100,000	0	0,000	1.499.278.387	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
4	0,000	0	0,000	4	0,000	
TOTAL						
1.499.278.391	100,000	0	0,000	1.499.278.391	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaú Unibanco S.A.				60.701.190/0001-04	
Itaú Unibanco Holding S.A.					
60.872.504/0001-23	Brasileira	Não	Sim	28/11/2008	
2.081.169.523	100,000	2.014.258.290	100,000	4.095.427.813	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
2.081.169.523	100,000	2.014.258.290	100,000	4.095.427.813	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Itaú Unibanco Holding S.A.				60.872.504/0001-23		
ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.						
61.532.644/0001-15	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/07/2010		
885.142.979	38,665	77.192	0,000	885.220.171	19,366	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.						
04.676.564/0001-08	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/08/2009		
1.167.536.102	51,000	0	0,000	1.167.536.102	25,543	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
236.607.394	10,335	2.281.572.552	100,000	2.518.179.946	55,091	
TOTAL						
2.289.286.475	100,000	2.281.649.744	100,000	4.570.936.219	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.				61.532.644/0001-15	
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho					
066.530.838-88	Brasileira-SP	Sim	Sim		
199.025.438	11,841	117.267.343	4,354	316.292.781	7,231
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Alfredo Egydio Nugent Setubal					
407.919.708-09	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Alfredo Egydio Setubal					
014.414.218-07	Brasileira-SP	Sim	Sim		
55.767.083	3,318	14.429.002	0,536	70.196.085	1,605
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.				61.532.644/0001-15	
Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela					
066.530.828-06	Brasileira-SP	Sim	Sim		
199.025.438	11,841	117.296.945	4,355	316.322.383	7,231
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Beatriz de Mattos Setubal					
316.394.318-70	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Blackrock, Inc					
	Americana-SP	Não	Não	13/08/2010	
0	0,000	138.085.520	5,127	138.085.520	3,157
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.				61.532.644/0001-15	
Bruno Rizzo Setubal					
299.133.368-56	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI					
33.754.482/0001-24	Brasileira-SP	Não	Não	13/12/2010	
0	0,000	136.785.421	5,078	136.785.421	3,127
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Camila Rizzo Setubal					
350.572.098-41	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	1.126	0,000	2.252	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.				61.532.644/0001-15	
Carolina Marinho Lutz Setubal					
077.540.228-18	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Companhia ESA					
52.117.397/0001-08	Brasileira-SP	Sim	Sim	19/10/2010	
50.300.090	2,993	8.627	0,000	50.308.717	1,150
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Fernando Setubal Souza e Silva					
311.798.878-59	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	232.000	0,009	233.126	0,005
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.				61.532.644/0001-15		
Fundação Itaú Social						
59.573.030/0001-30	Brasileira-SP	Não	Não	30/12/2010		
189.502.007	11,275	3.828.053	0,142	193.330.060	4,420	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros						
34.053.942/0001-50	Brasileira-SP	Não	Não	30/12/2010		
213.383.113	12,695	10.964.186	0,407	224.347.299	5,129	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Gabriel de Mattos Setubal						
348.338.808-73	Brasileira-SP	Sim	Sim			
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.				61.532.644/0001-15		
Guilherme Setubal Souza e Silva						
269.253.728-92	Brasileira-SP	Sim	Sim			
1.126	0,000	195.885	0,007	197.011	0,005	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
José Luiz Egydio Setubal						
011.785.508-18	Brasileira-SP	Sim	Sim			
55.742.364	3,316	13.450.104	0,499	69.192.468	1,582	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Julia Guidon Setubal						
336.694.358-08	Brasileira-SP	Sim	Sim			
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.				61.532.644/0001-15		
Luiza Rizzo Setubal						
323.461.948-40	Brasileira-SP	Sim	Sim			
1.126	0,000	4.569	0,000	5.695	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Maria Alice Setubal						
570.405.408-00	Brasileira-SP	Sim	Sim			
34.535.793	2,055	22.522.313	0,836	57.058.106	1,304	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Maria de Lourdes Egydio Villela						
007.446.978-91	Brasileira-SP	Sim	Sim			
129.959.824	7,732	84.558.355	3,139	214.518.179	4,904	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.				61.532.644/0001-15	
Mariana Lucas Setubal					
227.809.998-10	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Marina Nugent Setubal					
384.422.518-80	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
O.E.Setubal S.A.					
61.074.456/0001-90	Brasileira-SP	Sim	Sim	19/10/2010	
6	0,000	0	0,000	6	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.				61.532.644/0001-15		
Olavo Egydio Setubal Júnior						
006.447.048-29	Brasileira-SP	Sim	Sim			
56.241.555	3,346	14.928.858	0,554	71.170.413	1,627	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
251.338.604	14,954	1.927.072.865	71,546	2.178.411.469	49,800	
Paula Lucas Setubal						
295.243.528-69	Brasileira-SP	Sim	Sim			
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Paulo Egydio Setubal						
336.694.318-10	Brasileira-SP	Sim	Sim			
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.				61.532.644/0001-15	
Paulo Setubal Neto					
638.097.888-72	Brasileira-SP	Sim	Sim		
63.539.815	3,780	16.825.399	0,625	80.365.214	1,837
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Ricardo Egydio Setubal					
033.033.518-99	Brasileira-SP	Sim	Sim		
55.744.619	3,317	14.916.231	0,554	70.660.850	1,615
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Ricardo Villela Marino					
252.398.288-90	Brasileira-SP	Sim	Sim		
35.325.069	2,102	21.395.307	0,794	56.720.376	1,297
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.				61.532.644/0001-15	
Roberto Egydio Setubal					
007.738.228-52	Brasileira-SP	Sim	Sim		
56.023.195	3,333	16.924.150	0,628	72.947.345	1,668
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Rodolfo Villela Marino					
271.943.018-81	Brasileira-SP	Sim	Sim		
35.325.070	2,102	21.395.307	0,794	56.720.377	1,297
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Tide Setubal Souza e Silva Nogueira					
296.682.978-81	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	398.050	0,015	399.176	0,009
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
1.680.795.973	100,000	2.693.485.616	100,000	4.374.281.589	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.				04.676.564/0001-08		
Companhia E. Johnston de Participações						
04.679.283/0001-09	Brasileira-SP	Sim	Sim	27/02/2009		
355.227.092	50,000	0	0,000	355.227.092	33,470	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.						
61.532.644/0001-15	Brasileira-SP	Sim	Sim	27/02/2009		
355.227.092	50,000	350.942.273	100,000	706.169.365	66,530	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
710.454.184	100,000	350.942.273	100,000	1.061.396.457	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia E. Johnston de Participações				04.679.283/0001-09	
Fernando Roberto Moreira Salles					
002.938.068-53	Brasileira-SP	Sim	Sim		
400	25,000	800	25,000	1.200	25,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
João Moreira Salles					
667.197.397-00	Brasileira-SP	Sim	Sim		
400	25,000	800	25,000	1.200	25,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Pedro Moreira Salles					
551.222.567-72	Brasileira-SP	Sim	Sim		
400	25,000	800	25,000	1.200	25,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia E. Johnston de Participações				04.679.283/0001-09	
TOTAL					
1.600	100,000	3.200	100,000	4.800	100,000
Walther Moreira Salles Júnior					
406.935.467-00	Brasileira-SP	Sim	Sim		
400	25,000	800	25,000	1.200	25,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				52.117.397/0001-08	
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho					
066.530.838-88	Brasileira-SP	Sim	Sim		
199.025.438	20,386	0	0,000	199.025.438	20,386
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Alfredo Egydio Nugent Setubal					
407.919.708-09	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Alfredo Egydio Setubal					
014.414.218-07	Brasileira-SP	Sim	Sim		
55.767.083	5,712	0	0,000	55.767.083	5,712
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				52.117.397/0001-08	
Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela					
066.530.828-06	Brasileira-SP	Sim	Sim		
199.025.438	20,386	0	0,000	199.025.438	20,386
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Beatriz de Mattos Setubal					
316.394.318-70	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Bruno Rizzo Setubal					
299.133.368-56	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				52.117.397/0001-08	
Camila Rizzo Setubal					
350.572.098-41	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Carolina Marinho Lutz Setubal					
077.540.228-18	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Fernando Setubal Souza e Silva					
311.798.878-59	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				52.117.397/0001-08	
Gabriel de Mattos Setubal					
348.338.808-73	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Guilherme Setubal Souza e Silva					
269.253.728-92	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
José Luiz Egydio Setubal					
011.785.508-18	Brasileira-SP	Sim	Sim		
55.742.364	5,710	0	0,000	55.742.364	5,710
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				52.117.397/0001-08	
Julia Guidon Setubal					
336.694.358-08	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Luiza Rizzo Setubal					
323.461.948-40	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Maria Alice Setubal					
570.405.408-00	Brasileira-SP	Sim	Sim		
34.535.793	3,538	0	0,000	34.535.793	3,538
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				52.117.397/0001-08	
Maria de Lourdes Egydio Villela					
007.446.978-91	Brasileira-SP	Sim	Sim		
129.959.824	13,312	0	0,000	129.959.824	13,312
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Mariana Lucas Setubal					
227.809.998-10	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Marina Nugent Setubal					
384.422.518-80	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia ESA				52.117.397/0001-08		
O.E.Setubal S.A.						
61.074.456/0001-90	Brasileira-SP	Sim	Sim	19/10/2010		
6	0,000	0	0,000	6	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Olavo Egydio Setubal Júnior						
006.447.048-29	Brasileira-SP	Sim	Sim			
56.241.555	5,761	0	0,000	56.241.555	5,761	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Paula Lucas Setubal						
295.243.528-69	Brasileira-SP	Sim	Sim			
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				52.117.397/0001-08	
Paulo Egydio Setubal					
336.694.318-10	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Paulo Setubal Neto					
638.097.888-72	Brasileira-SP	Sim	Sim		
63.539.815	6,508	0	0,000	63.539.815	6,508
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Ricardo Egydio Setubal					
033.033.518-99	Brasileira-SP	Sim	Sim		
55.744.619	5,710	0	0,000	55.744.619	5,710
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				52.117.397/0001-08	
Ricardo Villela Marino					
252.398.288-90	Brasileira-SP	Sim	Sim		
35.325.069	3,618	0	0,000	35.325.069	3,618
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Roberto Egydio Setubal					
007.738.228-52	Brasileira-SP	Sim	Sim		
56.023.195	5,738	0	0,000	56.023.195	5,738
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Rodolfo Villela Marino					
271.943.018-81	Brasileira-SP	Sim	Sim		
35.325.070	3,618	0	0,000	35.325.070	3,618
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia ESA				52.117.397/0001-08		
Tide Setubal Souza e Silva Nogueira						
296.682.978-81	Brasileira-SP	Sim	Sim			
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
976.272.159	100,000	0	0,000	976.272.159	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.				61.532.644/0001-15	
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho					
066.530.838-88	Brasileira-SP	Sim	Sim		
199.025.438	11,841	117.267.343	4,354	316.292.781	7,231
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Alfredo Egydio Nugent Setubal					
407.919.708-09	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Alfredo Egydio Setubal					
014.414.218-07	Brasileira-SP	Sim	Sim		
55.767.083	3,318	14.429.002	0,536	70.196.085	1,605
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.				61.532.644/0001-15		
Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela						
066.530.828-06	Brasileira-SP	Sim	Sim			
199.025.438	11,841	117.296.945	4,355	316.322.383	7,231	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Beatriz de Mattos Setubal						
316.394.318-70	Brasileira-SP	Sim	Sim			
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
BlackRock,INC						
	Americana	Não	Não	13/08/2010		
0	0,000	138.085.520	5,127	138.085.520	3,157	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.				61.532.644/0001-15	
Bruno Rizzo Setubal					
299.133.368-56	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI					
33.754.482/0001-24	Brasileira-SP	Não	Não	13/12/2010	
0	0,000	136.785.421	5,078	136.785.421	3,127
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Camila Rizzo Setubal					
350.572.098-41	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	1.126	0,000	2.252	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.				61.532.644/0001-15	
Carolina Marinho Lutz Setubal					
077.540.228-18	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Companhia ESA					
52.117.397/0001-08	Brasileira-SP	Sim	Sim	19/10/2010	
50.300.090	2,993	8.627	0,000	50.308.717	1,150
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Fernando Setubal Souza e Silva					
311.798.878-59	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	232.000	0,009	233.126	0,005
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.				61.532.644/0001-15		
Fundação Itaú Social						
59.573.030/0001-30	Brasileira-SP	Não	Não	30/12/2010		
189.502.007	11,275	3.828.053	0,142	193.330.060	4,420	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros						
34.053.942/0001-50	Brasileira-SP	Não	Não	30/12/2010		
213.383.113	12,695	10.964.186	0,407	224.347.299	5,129	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Gabriel de Mattos Setubal						
348.338.808-73	Brasileira-SP	Sim	Sim			
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.				61.532.644/0001-15		
Guilherme Setubal Souza e Silva						
269.253.728-92	Brasileira-SP	Sim	Sim			
1.126	0,000	195.885	0,007	197.011	0,005	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
José Luiz Egidio Setubal						
011.785.508-18	Brasileira-SP	Sim	Sim			
55.742.364	3,316	13.450.104	0,499	69.192.468	1,582	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Julia Guidon Setubal						
336.694.358-08	Brasileira-SP	Sim	Sim			
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.				61.532.644/0001-15		
Luiza Rizzo Setubal						
323.461.948-40	Brasileira-SP	Sim	Sim			
1.126	0,000	4.569	0,000	5.695	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Maria Alice Setubal						
570.405.408-00	Brasileira-SP	Sim	Sim			
34.535.793	2,055	22.522.313	0,836	57.058.106	1,304	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Maria de Lourdes Egydio Villela						
007.446.978-91	Brasileira-SP	Sim	Sim			
129.959.824	7,732	84.558.355	3,139	214.518.179	4,904	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.				61.532.644/0001-15	
Mariana Lucas Setubal					
227.809.998-10	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Marina Nugent Setubal					
384.422.518-80	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
O.E.Setubal S.A.					
61.074.456/0001-90	Brasileira-SP	Sim	Sim	19/10/2010	
6	0,000	0	0,000	6	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.				61.532.644/0001-15		
Olavo Egydio Setubal Júnior						
006.447.048-29	Brasileira-SP	Sim	Sim			
56.241.555	3,346	14.928.858	0,554	71.170.413	1,627	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
251.338.604	14,954	1.927.072.865	71,546	2.178.411.469	49,800	
Paula Lucas Setubal						
295.243.528-69	Brasileira-SP	Sim	Sim			
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Paulo Egydio Setubal						
336.694.318-10	Brasileira-SP	Sim	Sim			
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.				61.532.644/0001-15		
Paulo Setubal Neto						
638.097.888-72	Brasileira-SP	Sim	Sim			
63.539.815	3,780	16.825.399	0,625	80.365.214	1,837	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Ricardo Egydio Setubal						
033.033.518-99	Brasileira-SP	Sim	Sim			
55.744.619	3,317	14.916.231	0,554	70.660.850	1,615	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Ricardo Villela Marino						
252.398.288-90	Brasileira-SP	Sim	Sim			
35.325.069	2,102	21.395.307	0,794	56.720.376	1,297	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.				61.532.644/0001-15	
Roberto Egydio Setubal					
007.738.228-52	Brasileira-SP	Sim	Sim		
56.023.195	3,333	16.924.150	0,628	72.947.345	1,668
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Rodolfo Villela Marino					
271.943.018-81	Brasileira-SP	Sim	Sim		
35.325.070	2,102	21.395.307	0,794	56.720.377	1,297
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Tide Setubal Souza e Silva Nogueira					
296.682.978-81	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	398.050	0,015	399.176	0,009
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
1.680.795.973	100,000	2.693.485.616	100,000	4.374.281.589	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
O.E.Setubal S.A.				61.074.456/0001-90	
Alfredo Egydio Setubal					
014.414.218-07	Brasileira-SP	Sim	Sim		
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
José Luiz Egydio Setubal					
011.785.508-18	Brasileira-SP	Sim	Sim		
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Maria Alice Setubal					
570.405.408-00	Brasileira-SP	Sim	Sim		
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
O.E.Setubal S.A.				61.074.456/0001-90		
Olavo Egydio Setubal Júnior						
006.447.048-29	Brasileira-SP	Sim	Sim			
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Paulo Setubal Neto						
638.097.888-72	Brasileira-SP	Sim	Sim			
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Ricardo Egydio Setubal						
033.033.518-99	Brasileira-SP	Sim	Sim			
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
O.E.Setubal S.A.				61.074.456/0001-90	
Roberto Egydio Setubal					
007.738.228-52	Brasileira-SP	Sim	Sim		
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
18.966.836	100,000	0	0,000	18.966.836	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				52.117.397/0001-08	
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho					
066.530.838-88	Brasileira-SP	Sim	Sim		
199.025.438	20,386	0	0,000	199.025.438	20,386
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Alfredo Egydio Nugent Setubal					
407.919.708-09	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Alfredo Egydio Setubal					
014.414.218-07	Brasileira-SP	Sim	Sim		
55.767.083	5,712	0	0,000	55.767.083	5,712
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				52.117.397/0001-08	
Ana Lúcia de Mattos Barreto Villela					
066.530.828-06	Brasileira-SP	Sim	Sim		
199.025.438	20,386	0	0,000	199.025.438	20,386
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Beatriz de Mattos Setubal					
316.394.318-70	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Bruno Rizzo Setubal					
299.133.368-56	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				52.117.397/0001-08	
Camila Rizzo Setubal					
350.572.098-41	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Carolina Marinho Lutz Setubal					
077.540.228-18	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Fernando Setubal Souza e Silva					
311.798.878-59	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				52.117.397/0001-08	
Gabriel de Mattos Setubal					
348.338.808-73	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Guilherme Setubal Souza e Silva					
269.253.728-92	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
José Luiz Egydio Setubal					
011.785.508-18	Brasileira-SP	Sim	Sim		
55.742.364	5,710	0	0,000	55.742.364	5,710
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				52.117.397/0001-08	
Julia Guidon Setubal					
336.694.358-08	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Luiza Rizzo Setubal					
323.461.948-40	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Maria Alice Setubal					
570.405.408-00	Brasileira-SP	Sim	Sim		
34.535.793	3,538	0	0,000	34.535.793	3,538
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				52.117.397/0001-08	
Maria de Lourdes Egydio Villela					
007.446.978-91	Brasileira-SP	Sim	Sim		
129.959.824	13,312	0	0,000	129.959.824	13,312
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Mariana Lucas Setubal					
227.809.998-10	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Marina Nugent Setubal					
384.422.518-80	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia ESA				52.117.397/0001-08		
O.E.Setubal S.A.						
61.074.456/0001-90	Brasileira-SP	Sim	Sim	19/10/2010		
6	0,000	0	0,000	6	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Olavo Egydio Setubal Júnior						
006.447.048-29	Brasileira-SP	Sim	Sim			
56.241.555	5,761	0	0,000	56.241.555	5,761	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Paula Lucas Setubal						
295.243.528-69	Brasileira-SP	Sim	Sim			
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				52.117.397/0001-08	
Paulo Egydio Setubal					
336.694.318-10	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Paulo Setubal Neto					
638.097.888-72	Brasileira-SP	Sim	Sim		
63.539.815	6,508	0	0,000	63.539.815	6,508
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Ricardo Egydio Setubal					
033.033.518-99	Brasileira-SP	Sim	Sim		
55.744.619	5,710	0	0,000	55.744.619	5,710
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia ESA				52.117.397/0001-08	
Ricardo Villela Marino					
252.398.288-90	Brasil-SP	Sim	Sim		
35.325.069	3,618	0	0,000	35.325.069	3,618
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Roberto Egydio Setubal					
007.738.228-52	Brasileira-SP	Sim	Sim		
56.023.195	5,738	0	0,000	56.023.195	5,738
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Rodolfo Villela Marino					
271.943.018-81	Brasileira-SP	Sim	Sim		
35.325.070	3,618	0	0,000	35.325.070	3,618
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia ESA				52.117.397/0001-08		
Tide Setubal Souza e Silva Nogueira						
296.682.978-81	Brasileira-SP	Sim	Sim			
1.126	0,000	0	0,000	1.126	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
976.272.159	100,000	0	0,000	976.272.159	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
O.E.Setubal S.A.				61.074.456/0001-90	
Alfredo Egydio Setubal					
014.414.218-07	Brasileira-SP	Sim	Sim		
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
José Luiz Egydio Setubal					
011.785.508-18	Brasileira-SP	Sim	Sim		
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Maria Alice Setubal					
570.405.408-00	Brasileira-SP	Sim	Sim		
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
O.E.Setubal S.A.				61.074.456/0001-90		
Olavo Egydio Setubal Júnior						
006.447.048-29	Brasileira-SP	Sim	Sim			
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Paulo Setubal Neto						
638.097.888-72	Brasileira-SP	Sim	Sim			
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Ricardo Egydio Setubal						
033.033.518-99	Brasileira-SP	Sim	Sim			
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
O.E.Setubal S.A.				61.074.456/0001-90	
Roberto Egydio Setubal					
007.738.228-52	Brasileira-SP	Sim	Sim		
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
18.966.836	100,000	0	0,000	18.966.836	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
O.E.Setubal S.A.				61.074.456/0001-90	
Alfredo Egydio Setubal					
014.414.218-07	Brasileira-SP	Sim	Sim		
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
José Luiz Egydio Setubal					
011.785.508-18	Brasileira-SP	Sim	Sim		
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Maria Alice Setubal					
570.405.408-00	Brasileira-SP	Sim	Sim		
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
O.E.Setubal S.A.				61.074.456/0001-90	
Olavo Egydio Setubal Júnior					
006.447.048-29	Brasileira-SP	Sim	Sim		
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Paulo Setubal Neto					
638.097.888-72	Brasileira-SP	Sim	Sim		
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Ricardo Egydio Setubal					
033.033.518-99	Brasileira-SP	Sim	Sim		
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
O.E.Setubal S.A.				61.074.456/0001-90	
Roberto Egydio Setubal					
007.738.228-52	Brasileira-SP	Sim	Sim		
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
18.966.836	100,000	0	0,000	18.966.836	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
O.E.Setubal S.A.				61.074.456/0001-90	
Alfredo Egydio Setubal					
014.414.218-07	Brasileira-SP	Sim	Sim		
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
José Luiz Egydio Setubal					
011.785.508-18	Brasileira-SP	Sim	Sim		
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Maria Alice Setubal					
570.405.408-00		Sim	Sim		
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
O.E.Setubal S.A.				61.074.456/0001-90		
Olavo Egydio Setubal Júnior						
006.447.048-29	Brasileira-SP	Sim	Sim			
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Paulo Setubal Neto						
638.097.888-72	Brasileira-SP	Sim	Sim			
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Ricardo Egydio Setubal						
033.033.518-99	Brasileira-SP	Sim	Sim			
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
O.E.Setubal S.A.				61.074.456/0001-90	
Roberto Egydio Setubal					
007.738.228-52	Brasileira-SP	Sim	Sim		
2.709.548	14,286	0	0,000	2.709.548	14,286
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
18.966.836	100,000	0	0,000	18.966.836	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2010
Quantidade acionistas pessoa física	4
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	0	0,000%

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Não há.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Banco Fiat S.A.	11/05/2009	3.670.000,00	3.670.000,00	Não se aplica	04/03/2010	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Aplicações Interfinanceiras						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Banco Itaú Unibanco	10/12/2009	18.603.000,00	18.603.000,00	Não se aplica	28/01/2010	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Aplicações Interfinanceiras						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Banco Itauleasing S.A	11/05/2009	8.246.000,00	8.246.000,00	Não se aplica	01/10/2024	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Aplicações Interfinanceiras						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Banco Itaucard S.A	11/05/2009	7.501.000,00	7.501.000,00	Não se aplica	01/10/2024	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Aplicações Interfinanceiras						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Hipercard Banco Multiplo	31/12/2009	7.475.000,00	7.475.000,00	Não se aplica	12/12/2012	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Aplicações Interfinanceiras						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Banco Itaured S.A	18/09/2009	717.000,00	717.000,00	Não se aplica	13/09/2010	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Aplicações Interfinanceiras						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Banco Itaú Unibanco S.A	01/06/2001	30.212.000,00	30.212.000,00	Não se aplica	01/02/2025	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Recurso de debentures						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Banco Itaú BBA S.A	01/04/1995	3.749.000,00	3.749.000,00	Não se aplica	01/04/2010	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Recurso de debentures						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Banco Itaú Unibanco S.A	01/01/2008	1.000,00	1.000,00	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Convenio de rateio de custos comuns						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Por conveniência de uma das partes mediante aviso com 30 dias de antecedência						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

As operações entre partes relacionadas são realizadas e divulgadas em atendimento à Deliberação nº 560, de 11/12/2008, da CVM e Resolução nº 3.750, de 30/06/2009, do CMN.

Adicionalmente, a BFB LEASING conforme regulamento da BM&FBOVESPA, relativo às práticas diferenciadas de Governança Corporativa e do Novo Mercado, deve divulgar informações sobre todos e quaisquer contratos celebrados com suas controladas e coligadas, seus administradores, seu acionista controlador e, ainda, entre sociedades controladas e coligadas dos administradores e do acionista controlador, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) ou valor igual ou superior a 1% (hum por cento) sobre o patrimônio líquido da BFB LEASING, considerando-se aquele que for maior.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 560, de 11/12/2008, da CVM e Resolução nº 3.750, de 30/06/2009, do CMN. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	Capital Emitido				
30/04/2010	17.352.028.578,85		1.499.278.391	0	1.499.278.391
Tipo de capital	Capital Subscrito				
30/04/2010	17.352.028.578,85		1.499.278.391	0	1.499.278.391
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2010	17.352.028.578,85		1.499.278.391	0	1.499.278.391

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferenciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
04/06/2007	Assembleia Geral	08/06/2007	600,008,028.54	Subscrição particular	127,961,000	0	127,961,000	58.28000000	4.69	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor do PL da ação								
Forma de integralização		Em dinheiro								
09/10/2007	Assembleia Geral	09/10/2007	1,600,000,059.04	Subscrição particular	155,799,421	0	155,799,421	98.19000000	10.27	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor do PL em ação								
Forma de integralização		Em dinheiro								
07/03/2008	Assembleia Geral	07/03/2008	3,000,000,837.08	Subscrição particular	306,764,252	0	306,764,252	92.89000000	9.78	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor do PL da ação								
Forma de integralização		Em dinheiro								
14/01/2009	Assembleia Geral	14/01/2009	537,773,020.76	Subscrição particular	50,771,670	0	50,771,670	8.63000000	10.59	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor do PL da ação								
Forma de integralização		Em dinheiro								
28/02/2009	Assembleia Geral	28/02/2009	0.00	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
03/08/2009	Assembleia Geral	03/08/2009	10,000,000,000.00	Subscrição particular	574,076,638	0	574,076,638	136.02000000	17.42	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor do PL da ação								
Forma de integralização		Em dinheiro								

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferenciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
29/04/2010	Assembleia Geral	29/04/2010	0.00	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

Não há.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	4a Emissão de Debêntures (1a Série)
Data de emissão	01/06/2006
Data de vencimento	01/06/2016
Quantidade	700
Valor total	700.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

- I. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado
As debêntures têm vencimento em 01º de junho de 2016.
Não haverá amortização programada do valor unitário das debêntures, que serão pagos integralmente nas respectivas datas de vencimento ou de vencimento antecipado, o que ocorrer primeiro.
As debêntures contam com cláusulas de vencimento antecipado típicas para este tipo de operação. Assim, determinados eventos poderiam ensejar vencimento antecipado das debêntures, dentre eles os seguintes:
- (a) pedido de auto-falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou decretação de falência da Companhia;
 - (b) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão, não sanada em 5 (cinco) dias contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário;
 - (c) falta de cumprimento, pela Companhia, de toda e qualquer obrigação prevista na escritura de emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de recebimento do aviso por escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário;
 - (d) protesto legítimo e reiterado de títulos no valor de, no mínimo, R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) contra a Companhia que não seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário, salvo se tiver sido validamente comprovado pela Companhia que o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, cancelado ou efetuado o pagamento do(s) título(s) protestado(s);
 - (e) transferência do controle acionário, tal como definido em lei, da Companhia para pessoas físicas ou jurídicas que não sejam suas controladoras, diretas ou indiretas, ou para pessoas jurídicas que não sejam suas controladas ou sujeitas a controle comum, diretas ou indiretas;
 - (f) cisão, fusão ou, ainda, incorporação da Companhia por outra companhia, salvo se, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, (i) tal alteração societária for aprovada por titulares de debêntures representando a maioria das debêntures em circulação; ou (ii) for garantido o direito de resgate aos titulares de debêntures que não concordarem com a referida cisão, fusão ou incorporação;
 - (g) caso a Companhia esteja inadimplente com relação às suas obrigações pecuniárias previstas na escritura de emissão, e ocorra o pagamento, pela Companhia de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e
 - (h) intervenção, liquidação, extinção ou dissolução da Companhia.
- II. Juros: As debêntures têm remuneração semestral equivalente a 102,2% do CDI, incidente sobre o valor nominal unitário das debêntures, pro rata temporis, a partir da data de emissão ou da última data de pagamento da remuneração, e pagos ao final de cada período de capitalização (semestralmente).
- III. Garantias: Não há.
- IV. Espécie: Subordinada.
- V. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:
- à distribuição de dividendos: No caso de a companhia estar inadimplente com qualquer obrigação prevista na escritura de emissão, os dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista estarão limitados ao mínimo obrigatório por lei.
 - à alienação de determinados ativos: Não há.
 - à contratação de novas dívidas: Não há.
 - À emissão de novos valores mobiliários: Não há.
- VI. o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Planner Trustee DTVM Ltda., cujos direitos e obrigações estabelecidos na escritura de emissão das debêntures são aqueles constantes da Instrução CVM 28/83.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Exceto pela repactuação das debêntures ocorrida em 01 de junho de 2009, as alterações da forma de remuneração, das datas de pagamento e prazos da escritura, da espécie das debêntures, da amortização das debêntures e das hipóteses de vencimento antecipado dependerão de aprovação em assembléia de debenturistas por votos favoráveis de 90% das debêntures em circulação.
Identificação do valor mobiliário	4a Emissão de Debêntures (2a Série)
Data de emissão	01/06/2006
Data de vencimento	01/06/2021
Quantidade	5.000.000
Valor total	5.000.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Características dos valores mobiliários de dívida**

- I. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado
As debêntures têm vencimento em 01º de junho de 2021.
Não haverá amortização programada do valor unitário das debêntures, que serão pagos integralmente nas respectivas datas de vencimento ou de vencimento antecipado, o que ocorrer primeiro.
As debêntures contam com cláusulas de vencimento antecipado típicas para este tipo de operação. Assim, determinados eventos poderiam ensejar vencimento antecipado das debêntures, dentre eles os seguintes:
- (a) pedido de auto-falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou decretação de falência da Companhia;
 - (b) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão, não sanada em 5 (cinco) dias contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário;
 - (c) falta de cumprimento, pela Companhia, de toda e qualquer obrigação prevista na escritura de emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de recebimento do aviso por escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário;
 - (d) protesto legítimo e reiterado de títulos no valor de, no mínimo, R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) contra a Companhia que não seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário, salvo se tiver sido validamente comprovado pela Companhia que o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, cancelado ou efetuado o pagamento do(s) título(s) protestado(s);
 - (e) transferência do controle acionário, tal como definido em lei, da Companhia para pessoas físicas ou jurídicas que não sejam suas controladoras, diretas ou indiretas, ou para pessoas jurídicas que não sejam suas controladas ou sujeitas a controle comum, diretas ou indiretas;
 - (f) cisão, fusão ou, ainda, incorporação da Companhia por outra companhia, salvo se, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, (i) tal alteração societária for aprovada por titulares de debêntures representando a maioria das debêntures em circulação; ou (ii) for garantido o direito de resgate aos titulares de debêntures que não concordarem com a referida cisão, fusão ou incorporação;
 - (g) caso a Companhia esteja inadimplente com relação às suas obrigações pecuniárias previstas na escritura de emissão, e ocorra o pagamento, pela Companhia de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e
 - (h) intervenção, liquidação, extinção ou dissolução da Companhia.

II. Juros: As debêntures têm remuneração única no vencimento equivalente a 100% do CDI, calculada a partir da data de emissão.

III. Garantias: Não há.

IV. Espécie: Subordinada.

V. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

- à distribuição de dividendos: No caso de a companhia estar inadimplente com qualquer obrigação prevista na escritura de emissão, os dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista estarão limitados ao mínimo obrigatório por lei.
- à alienação de determinados ativos: Não há.
- à contratação de novas dívidas: Não há.
- À emissão de novos valores mobiliários: Não há.

VI. o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Planner Trustee DTVM Ltda., cujos direitos e obrigações estabelecidos na escritura de emissão das debêntures são aqueles constantes da Instrução CVM 28/83.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As debêntures não serão objeto de repactuação.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	4a Emissão de Debêntures (oriunda da BankBoston Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil)
Data de emissão	01/08/1996
Data de vencimento	01/08/2016
Quantidade	200.000
Valor total	200.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Hipóteses de Resgate: A Companhia reserva-se o direito de, a qualquer tempo, por deliberação do conselho de administração, promover o resgate antecipado das debêntures em circulação. O resgate será realizado com observância do disposto na Lei 6.404/76 e poderá ser total ou parcial, sendo, nesta última hipótese, realizado por meio de sorteio.</p> <p>Fórmula de Cálculo do Valor do Resgate: Pagamento, pela Companhia, do valor nominal unitário das debêntures, acrescido da base de remuneração, juros e prêmio, se houver, devidos na data do resgate.</p>

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Características dos valores mobiliários de dívida**

I. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado
 As debêntures desta emissão foram emitidas em série única, e têm vencimento em 01º de agosto de 2016.
 As debêntures contam com cláusulas de vencimento antecipado típicas para este tipo de operação. Assim, determinados eventos poderiam ensejar vencimento antecipado das debêntures, dentre eles os seguintes:
 (a) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial da Companhia;
 (b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia;
 (c) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação prevista na escritura de emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso por escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário; e
 (d) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia, previstas na escritura de emissão.

II. Juros: O valor nominal das debêntures será atualizado pelo fator de variação da cotação de fechamento da taxa de venda de câmbio de reais por dólares dos Estados Unidos da América, disponível no Sisbacen – Sistema de Informações do Banco Central do Brasil, transação PTAX800, opção 5, e o produto da atualização agregar-se-á ao valor nominal para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação.
 Os juros serão fixados periodicamente pelo Conselho de Administração da Companhia, e serão sempre calculados exponencialmente por dias corridos a partir da data de emissão, ou se ocorrido vencimento de juros, da data do último vencimento, e incidentes sobre o valor nominal acrescido da base de remuneração.
 Os juros serão fixos ou variáveis.
 Para o quinto período de incidência de juros, de 17/12/2008 até 17/12/2016, as debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada de 100% do CDI, base 252 dias úteis, incidente sobre o valor nominal das debêntures, calculados de forma pro rata temporis a partir de 17/12/2008.

III. Garantias: Não há.

IV. Espécie: Subordinada.

V. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

- à distribuição de dividendos: A Companhia não poderá pagar dividendos, salvo o disposto no artigo 202 da Lei 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento do principal, atualizado pela base de remuneração, juros remuneratórios e prêmio, relativos às debêntures desta emissão, cessando tal proibição, tão logo seja purgada a mora.
- à alienação de determinados ativos: Não há.
- à contratação de novas dívidas: Não há.
- à emissão de novos valores mobiliários: Não há.

VI. o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Theca Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda., cujos direitos e obrigações estabelecidos na escritura de emissão das debêntures são aqueles constantes da Instrução CVM 28/83.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Toda e qualquer alteração nas cláusulas e condições, previstas na escritura de emissão, dependerá da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.

Outras características relevantes

A Companhia obriga-se a adquirir a totalidade das debêntures nas datas de encerramento dos períodos de incidência da taxa de juros, à opção dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo conselho de administração da Companhia, pelo seu valor nominal atualizado monetariamente, acrescido de juros. As debêntures adquiridas poderão ser canceladas, mantidas em tesouraria ou vendidas a terceiros.

A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal unitário amortizado.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	5a Emissão de Debêntures
Data de emissão	01/10/2007
Data de vencimento	01/10/2022
Quantidade	50.000.000
Valor total	5.000.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Características dos valores mobiliários de dívida**

I. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado
 As debêntures têm vencimento em 01º de outubro de 2022.
 As debêntures contam com cláusulas de vencimento antecipado típicas para este tipo de operação. Assim, determinados eventos poderiam ensejar vencimento antecipado das debêntures, dentre eles os seguintes:

- (a) intervenção, dissolução, liquidação ou extinção da Companhia;
- (b) pedido de recuperação judicial, recuperação extrajudicial, pedido de auto-falência ou decretação de falência da Companhia;
- (c) falta de cumprimento pela Companhia de toda e qualquer obrigação prevista na escritura de emissão, que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário;
- (d) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia, no valor de, no mínimo, R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário, salvo se tiver sido validamente comprovado pela Companhia que o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros; cancelado; ou efetuado o pagamento do(s) título(s) protestado(s);
- (e) cisão, fusão ou ainda incorporação da Companhia por outra companhia, salvo se, nos termos do artigo 231 da Lei de Sociedades por Ações, (a) tal alteração societária for aprovada por titulares de debêntures representando a maioria das Debêntures em circulação ou (b) se for garantido o direito de resgate aos titulares das Debêntures que não concordem com referida cisão, fusão ou incorporação;
- (f) transformação da Companhia, nos termos do artigo 220 da Lei de Sociedades por Ações;
- (g) transferência do controle acionário, tal como definido em lei, da Companhia para pessoas físicas ou jurídicas que não sejam suas controladoras, diretas ou indiretas, ou para pessoas jurídicas que não sejam suas controladas ou sujeitas a controle comum, diretas ou indiretas; ou
- (h) pagamento pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, exceto pelo pagamento de dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei de Sociedade por Ações, caso a Companhia esteja inadimplente com relação às suas obrigações pecuniárias previstas na escritura de emissão.

II. Juros: 100% do CDI, a partir da data de emissão, pagáveis na data de vencimento das debêntures.

III. Garantias: Não há.

IV. Espécie: Subordinada.

V. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

- à distribuição de dividendos: Pagamento pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, exceto pelo pagamento de dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei de Sociedade por Ações, caso a Companhia esteja inadimplente com relação às suas obrigações pecuniárias previstas na escritura de emissão.
- à alienação de determinados ativos: Não há.
- à contratação de novas dívidas: Não há.
- À emissão de novos valores mobiliários: Não há.

VI. o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., cujos direitos e obrigações estabelecidos na escritura de emissão das debêntures são aqueles constantes da Instrução CVM 28/83.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As alterações nos quori, na forma de remuneração das Debêntures, de quaisquer datas de pagamento e prazos previstos na escritura de emissão, da espécie das Debêntures, da amortização das Debêntures, das hipóteses de vencimento antecipado deverão ser aprovadas por debenturistas que representem, no mínimo, 90% das debêntures em circulação.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	Não haverá repactuação das debêntures. A Companhia poderá a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido dos juros remuneratórios até a data de seu efetivo pagamento. Estas debêntures poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou serem colocadas novamente no mercado.
Identificação do valor mobiliário	5a Emissão de Debêntures (oriunda da BankBoston Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil)
Data de emissão	01/02/2005
Data de vencimento	01/02/2025
Quantidade	1.200.000
Valor total	1.200.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Características dos valores mobiliários de dívida**

I. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado
As debêntures desta emissão foram emitidas em série única, e têm vencimento em 01º de fevereiro de 2025.
As debêntures contam com cláusulas de vencimento antecipado típicas para este tipo de operação. Assim, determinados eventos poderiam ensejar vencimento antecipado das debêntures, dentre eles os seguintes:
(a) extinção, liquidação judicial ou extrajudicial, dissolução, insolvência, pedido de recuperação judicial e extrajudicial, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Companhia;
(b) falta de pagamento, pela Companhia, do principal e/ou da remuneração das debêntures nas respectivas datas de vencimento;
(c) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, em montante igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
(d) protestos de títulos contra a Companhia, cujo valor total inadimplido individual ou total ultrapasse, R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), que não sejam sanados no prazo de 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia;
(e) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não-pecuniária prevista na escritura de emissão e tal descumprimento não seja sanado dentro de 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário;
(f) pedido ou decretação de intervenção administrativa da Companhia; e
(g) mudança de controle acionário da Companhia.

II. Juros: O valor nominal das debêntures não será atualizado.
Sobre o valor nominal das debêntures, a partir da data de emissão, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, base 252 dias úteis. Os juros remuneratórios são acumulados de forma exponencial, pro rata temporis, até o efetivo pagamento dos juros.
Os juros remuneratórios serão pagos na data de vencimento das debêntures.

III. Garantias: Não há.

IV. Espécie: Subordinada.

V. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

- à distribuição de dividendos: Não há.
- à alienação de determinados ativos: Não há.
- à contratação de novas dívidas: Não há.
- À emissão de novos valores mobiliários: Não há.

VI. o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., cujos direitos e obrigações estabelecidos na escritura de emissão das debêntures são aqueles constantes da Instrução CVM 28/83.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As alterações nas características e condições das debêntures e da emissão deverão ser aprovadas por debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das debêntures em circulação, observado que alterações na remuneração e/ou prazos de vencimento das debêntures deverão contar com aprovação de debenturistas que representem 100% (cem por cento) das debêntures em circulação.

Outras características relevantes

As debêntures não estão sujeitas a repactuação.

A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal unitário, acrescido da remuneração.

Identificação do valor mobiliário

6a Emissão de Debêntures

Data de emissão

10/01/2005

Data de vencimento

10/01/2020

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Quantidade	200.000
Valor total	2.000.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>I. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado As debêntures desta emissão foram emitidas em série única e têm vencimento em 10 de janeiro de 2020. Não haverá amortização programada do valor unitário das debêntures. As debêntures contam com cláusulas de vencimento antecipado típicas para este tipo de operação. Assim, determinados eventos poderiam ensejar vencimento antecipado das debêntures, dentre eles os seguintes: (a) declaração de falência da Companhia; (b) falta de cumprimento, pela Companhia, de toda e qualquer obrigação prevista na escritura de emissão, desde que não sanado em 15 (quinze) dias da sua ocorrência; (c) praticar quaisquer atos em desacordo com o Estatuto Social da Companhia e com a escritura de emissão, bem como aqueles que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas na escritura de emissão; e (d) intervenção ou liquidação da Companhia.</p> <p>II. Juros: 100% do CDI, base 252 dias úteis, a partir da data de emissão até o efetivo pagamento das debêntures, pagáveis na data de vencimento das debêntures.</p> <p>III. Garantias: Não há.</p> <p>IV. Espécie: Subordinada.</p> <p>V. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação: • à distribuição de dividendos: Não há. • à alienação de determinados ativos: Não há. • à contratação de novas dívidas: Não há. • À emissão de novos valores mobiliários: Não há.</p> <p>VI. o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Pentágono S.A. DTVM., cujos direitos e obrigações estabelecidos na escritura de emissão das debêntures são aqueles constantes da Instrução CVM 28/83.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As alterações de prazos, valor e forma de remuneração, amortização e/ou resgate ou das hipóteses de vencimento antecipado dependerão da aprovação de 2/3 das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Não haverá repactuação das debêntures.

Identificação do valor mobiliário	6a Emissão de Debêntures (oriunda da Cia. Itauleasing de Arrendamento Mercantil – Grupo Itaú)
Data de emissão	01/07/1996
Data de vencimento	01/06/2022
Quantidade	90.000
Valor total	900.000.000,00
Restrição a circulação	Slm

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Descrição da restrição	As debêntures desta emissão somente poderão ser negociadas entre sociedades integrantes do conglomerado Itaú. A negociação das debêntures com terceiros não integrantes do conglomerado Itaú, ainda que privada, dependerá da atualização pela Companhia do registro de distribuição das debêntures perante a Comissão de Valores Mobiliários.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>I. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado</p> <p>As debêntures desta emissão foram emitidas em série única e têm vencimento em 01 de junho de 2022.</p> <p>A Companhia reserva-se o direito de, a qualquer tempo, a critério de seu conselho de administração, promover a amortização antecipada de, no mínimo, 10% do valor nominal de todas as debêntures em circulação, acrescido dos juros devidos na data da amortização e de eventual prêmio, se houver, calculados pro rata temporis, relativos à parcela então amortizada.</p> <p>As debêntures contam com cláusulas de vencimento antecipado típicas para este tipo de operação. Assim, determinados eventos poderiam ensejar vencimento antecipado das debêntures, dentre eles os seguintes:</p> <p>(a) declaração de falência da Companhia;</p> <p>(b) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão, não sanada em trinta dias, contados de aviso por escrito enviado pelo agente fiduciário;</p> <p>(c) falta de cumprimento, pela Companhia, de toda e qualquer obrigação não pecuniária relevante prevista na escritura de emissão, desde que não sanada em 30 (trinta) dias contados do aviso escrito enviado pelo agente fiduciário;</p> <p>(d) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia.</p> <p>(e) Pedido ou decretação de intervenção administrativa pelo Banco Central do Brasil; e</p> <p>(f) Vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da emissora, previstas na escritura de emissão.</p> <p>II. Juros: Os juros serão fixados periodicamente pelo Conselho de Administração da Companhia incidentes sobre o valor nominal não amortizado, e pagáveis na data de vencimento das debêntures.</p> <p>Os juros serão fixos ou variáveis, sendo a taxa e o respectivo período de incidência de taxa de juros fixados pelo conselho de administração da Companhia.</p> <p>As debêntures rendem juros correspondentes à variação acumulada de 100% do CDI, base 252 dias úteis, incidente sobre o valor nominal das debêntures, calculados de forma pro rata temporis.</p> <p>III. Garantias: Não há.</p> <p>IV. Espécie: Subordinada.</p> <p>V. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • à distribuição de dividendos: A Companhia deverá abster-se de pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão, cessando tal proibição tal logo seja purgada a mora. • à alienação de determinados ativos: Não há. • à contratação de novas dívidas: Não há. • À emissão de novos valores mobiliários: Não há. <p>VI. o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, cujos direitos e obrigações estabelecidos na escritura de emissão das debêntures são aqueles constantes da Instrução CVM 28/83.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer modificações nas condições das debêntures objeto da presente emissão dependerão de aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Outras características relevantes**

As debêntures serão repactuadas a cada vencimento do respectivo período de incidência de juros.

A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do valor nominal não amortizado, observado o disposto na Lei 6.404/76. As debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou recolocadas no mercado.

Em cada repactuação, a Companhia obriga-se a recomprar as debêntures de todos os debenturistas que assim optarem, pelo saldo do valor nominal não amortizado, acrescido de juros e prêmio devidos na data da recompra. As debêntures assim recompradas poderão ser revendidas pela Companhia.

Identificação do valor mobiliário	7a Emissão de Debêntures
Data de emissão	01/11/2005
Data de vencimento	01/11/2020
Quantidade	2.000.000
Valor total	2.000.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Características dos valores mobiliários de dívida**

I. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado
As debêntures têm vencimento em 01 de novembro de 2020.
Não haverá amortização programada do valor unitário das debêntures, que serão pagos integralmente nas respectivas datas de vencimento ou de vencimento antecipado, o que ocorrer primeiro.
As debêntures contam com cláusulas de vencimento antecipado típicas para este tipo de operação. Assim, determinados eventos poderiam ensejar vencimento antecipado das debêntures, dentre eles os seguintes:
(a) declaração de falência da Companhia;
(b) falta de cumprimento, pela Companhia, de toda e qualquer obrigação prevista na escritura de emissão, desde que não sanado em 15 (quinze) dias da sua ocorrência;
(c) praticar quaisquer atos em desacordo com o Estatuto Social da Companhia e com a escritura de emissão, bem como aqueles que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas na escritura de emissão; e
(d) intervenção ou liquidação da Companhia.

II. Juros: 100% do CDI, a partir da data de emissão até o efetivo pagamento das debêntures, pagáveis na data de vencimento das debêntures.

III. Garantias: Não há.

IV. Espécie: Subordinada.

V. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

- à distribuição de dividendos: Não há.
- à alienação de determinados ativos: Não há.
- à contratação de novas dívidas: Não há.
- À emissão de novos valores mobiliários: Não há.

VI. o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estabelecidos na escritura de emissão das debêntures são aqueles constantes da Instrução CVM 28/83.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As alterações de prazos, valor e forma de remuneração, amortização e/ou resgate ou das hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de 2/3 das debêntures em circulação.

Outras características relevantes

Não há.

Identificação do valor mobiliário	8a Emissão de Debêntures (oriunda da Cia. Itauleasing de Arrendamento Mercantil) - 1a Série
Data de emissão	01/11/2002
Data de vencimento	01/11/2022
Quantidade	500.000
Valor total	500.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Convertibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Hipóteses de Resgate: A Companhia reserva-se o direito de, a qualquer tempo, promover o resgate antecipado das debêntures em circulação. O resgate será realizado com observância do disposto no parágrafo primeiro do artigo 55, da Lei 6.404/76 e poderá ser total ou parcial, sendo, nesta última hipótese, realizado por meio de sorteio. As debêntures resgatadas nos termos deste item deverão ser obrigatoriamente canceladas pela Companhia.</p> <p>Fórmula de Cálculo do Valor do Resgate: Pagamento, pela Companhia, do valor nominal unitário das debêntures de cada série na data do efetivo resgate, acrescido, até a referida data dos juros remuneratórios, calculados, pro rata temporis, a partir da data de emissão.</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>I. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado As debêntures desta emissão são divididas em 3 (três) séries, todas elas com vencimento em 01 de novembro de 2022. Não haverá amortização programada do valor unitário das debêntures. As debêntures contam com cláusulas de vencimento antecipado típicas para este tipo de operação. Assim, determinados eventos poderiam ensejar vencimento antecipado das debêntures, dentre eles os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) decretação de falência da Companhia; (b) pedido de recuperação judicial formulado pela Companhia; (c) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do aviso por escrito enviado pelo agente fiduciário; (d) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não-pecuniária relevante prevista na escritura de emissão e tal descumprimento não seja sanado dentro de 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário; (e) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia que não sejam sanados no prazo de 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia; (f) pedido ou decretação de intervenção administrativa pelo Banco Central do Brasil; e (g) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa de qualquer forma vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia, previstas na escritura de emissão. <p>II. Juros: Para todas as séries de debêntures: 100% do CDI, a partir da data de emissão.</p> <p>III. Garantias: Não há.</p> <p>IV. Espécie: Subordinada.</p> <p>V. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • à distribuição de dividendos: A Companhia deverá abster-se de pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão, cessando tal proibição tal logo seja purgada a mora. • à alienação de determinados ativos: Não há. • à contratação de novas dívidas: Não há. • À emissão de novos valores mobiliários: Não há. <p>VI. o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., cujos direitos e obrigações estabelecidos na escritura de emissão das debêntures são aqueles constantes da Instrução CVM 28/83.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>Quaisquer modificações nas condições das debêntures objeto da escritura de emissão dependerão de aprovação de titulares de debêntures que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.</p>

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Outras características relevantes**

Os debenturistas que não concordarem com os termos das repactuações das debêntures, poderão exercer o direito de venda forçada, nos termos da escritura de emissão, obrigando-se a Companhia a adquirir as debêntures pelo valor nominal unitário, acrescido de juros remuneratórios eventualmente devidos.

A Companhia poderá adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao ser valor nominal unitário, acrescido dos juros remuneratórios, calculados pro rata temporis, a partir da data de emissão das debêntures, ou da data de vencimento dos juros remuneratórios imediatamente anterior até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei 6.404/76. As debêntures que eventualmente sejam adquiridas pela Companhia, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado.

Identificação do valor mobiliário	8a Emissão de Debêntures (oriunda da Cia. Itauleasing de Arrendamento Mercantil) - 2a Série
Data de emissão	01/11/2002
Data de vencimento	01/11/2022
Quantidade	15.000.000
Valor total	1.500.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Hipóteses de Resgate: A Companhia reserva-se o direito de, a qualquer tempo, promover o resgate antecipado das debêntures em circulação. O resgate será realizado com observância do disposto no parágrafo primeiro do artigo 55, da Lei 6.404/76 e poderá ser total ou parcial, sendo, nesta última hipótese, realizado por meio de sorteio. As debêntures resgatadas nos termos deste item deverão ser obrigatoriamente canceladas pela Companhia.</p> <p>Fórmula de Cálculo do Valor do Resgate: Pagamento, pela Companhia, do valor nominal unitário das debêntures de cada série na data do efetivo resgate, acrescido, até a referida data dos juros remuneratórios, calculados, pro rata temporis, a partir da data de emissão.</p>

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Características dos valores mobiliários de dívida**

I. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado
As debêntures desta emissão são dívidas em 3 (três) séries, todas elas com vencimento em 01 de novembro de 2022.
Não haverá amortização programada do valor unitário das debêntures.
As debêntures contam com cláusulas de vencimento antecipado típicas para este tipo de operação. Assim, determinados eventos poderiam ensejar vencimento antecipado das debêntures, dentre eles os seguintes:
(a) decretação de falência da Companhia;
(b) pedido de recuperação judicial formulado pela Companhia;
(c) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do aviso por escrito enviado pelo agente fiduciário;
(d) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não-pecuniária relevante prevista na escritura de emissão e tal descumprimento não seja sanado dentro de 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário;
(e) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia que não sejam sanados no prazo de 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia;
(f) pedido ou decretação de intervenção administrativa pelo Banco Central do Brasil; e
(g) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa de qualquer forma vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia, previstas na escritura de emissão.

II. Juros: Para todas as séries de debêntures: 100% do CDI, a partir da data de emissão.

III. Garantias: Não há.

IV. Espécie: Subordinada.

V. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

- à distribuição de dividendos: A Companhia deverá abster-se de pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão, cessando tal proibição tal logo seja purgada a mora.
- à alienação de determinados ativos: Não há.
- à contratação de novas dívidas: Não há.
- À emissão de novos valores mobiliários: Não há.

VI. o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., cujos direitos e obrigações estabelecidos na escritura de emissão das debêntures são aqueles constantes da Instrução CVM 28/83.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Quaisquer modificações nas condições das debêntures objeto da escritura de emissão dependerão de aprovação de titulares de debêntures que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.

Outras características relevantes

Os debenturistas que não concordarem com os termos das repactuações das debêntures, poderão exercer o direito de venda forçada, nos termos da escritura de emissão, obrigando-se a Companhia a adquirir as debêntures pelo valor nominal unitário, acrescido de juros remuneratórios eventualmente devidos.

A Companhia poderá adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao ser valor nominal unitário, acrescido dos juros remuneratórios, calculados pro rata temporis, a partir da data de emissão das debêntures, ou da data de vencimento dos juros remuneratórios imediatamente anterior até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei 6.404/76. As debêntures que eventualmente sejam adquiridas pela Companhia, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	8a Emissão de Debêntures (oriunda da Cia. Itauleasing de Arrendamento Mercantil) - 3a Série
Data de emissão	01/11/2002
Data de vencimento	01/11/2022
Quantidade	200.000.000
Valor total	2.000.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Hipóteses de Resgate: A Companhia reserva-se o direito de, a qualquer tempo, promover o resgate antecipado das debêntures em circulação. O resgate será realizado com observância do disposto no parágrafo primeiro do artigo 55, da Lei 6.404/76 e poderá ser total ou parcial, sendo, nesta última hipótese, realizado por meio de sorteio. As debêntures resgatadas nos termos deste item deverão ser obrigatoriamente canceladas pela Companhia.</p> <p>Fórmula de Cálculo do Valor do Resgate: Pagamento, pela Companhia, do valor nominal unitário das debêntures de cada série na data do efetivo resgate, acrescido, até a referida data dos juros remuneratórios, calculados, pro rata temporis, a partir da data de emissão.</p>

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Características dos valores mobiliários de dívida**

I. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado
As debêntures desta emissão são dívidas em 3 (três) séries, todas elas com vencimento em 01 de novembro de 2022.
Não haverá amortização programada do valor unitário das debêntures.
As debêntures contam com cláusulas de vencimento antecipado típicas para este tipo de operação. Assim, determinados eventos poderiam ensejar vencimento antecipado das debêntures, dentre eles os seguintes:
(a) decretação de falência da Companhia;
(b) pedido de recuperação judicial formulado pela Companhia;
(c) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do aviso por escrito enviado pelo agente fiduciário;
(d) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não-pecuniária relevante prevista na escritura de emissão e tal descumprimento não seja sanado dentro de 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário;
(e) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia que não sejam sanados no prazo de 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia;
(f) pedido ou decretação de intervenção administrativa pelo Banco Central do Brasil; e
(g) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa de qualquer forma vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia, previstas na escritura de emissão.

II. Juros: Para todas as séries de debêntures: 100% do CDI, a partir da data de emissão.

III. Garantias: Não há.

IV. Espécie: Subordinada.

V. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

- à distribuição de dividendos: A Companhia deverá abster-se de pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão, cessando tal proibição tal logo seja purgada a mora.
- à alienação de determinados ativos: Não há.
- à contratação de novas dívidas: Não há.
- À emissão de novos valores mobiliários: Não há.

VI. o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., cujos direitos e obrigações estabelecidos na escritura de emissão das debêntures são aqueles constantes da Instrução CVM 28/83.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Quaisquer modificações nas condições das debêntures objeto da escritura de emissão dependerão de aprovação de titulares de debêntures que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.

Outras características relevantes

Os debenturistas que não concordarem com os termos das repactuações das debêntures, poderão exercer o direito de venda forçada, nos termos da escritura de emissão, obrigando-se a Companhia a adquirir as debêntures pelo valor nominal unitário, acrescido de juros remuneratórios eventualmente devidos.

A Companhia poderá adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao ser valor nominal unitário, acrescido dos juros remuneratórios, calculados pro rata temporis, a partir da data de emissão das debêntures, ou da data de vencimento dos juros remuneratórios imediatamente anterior até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei 6.404/76. As debêntures que eventualmente sejam adquiridas pela Companhia, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	4a Emissão de Debêntures (oriunda da Cia. Itauleasing de Arrendamento Mercantil) - 1a Série
Data de emissão	01/10/1993
Data de vencimento	01/04/2022
Quantidade	65.050
Valor total	50.019.223,40
Restrição a circulação	Slm
Descrição da restrição	As debêntures serão apenas negociadas entre sociedades integrantes do Conglomerado Itaú. A negociação das debêntures com terceiros não integrantes do Conglomerado Itaú, ainda que privada, dependerá de atualização, pela Companhia, do registro de distribuição das debêntures perante a CVM.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

I. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado
 As debêntures desta emissão foram emitidas em número indeterminado de séries.
 As debêntures da primeira série vencerão em 1 de abril de 2022.
 O Valor Nominal das debêntures era atualizado monetariamente, a partir da data de emissão, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado IGP-M, calculado pela FGV, e o produto da correção agregar-se-á ao Valor Nominal para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação prevista na escritura de emissão. A Partir de 1 de novembro de 1995, o valor nominal das debêntures da 1ª série não foi mais atualizado monetariamente.
 A Companhia reserva-se o direito de, a qualquer tempo, critério do Conselho de Administração, promover a amortização antecipada de, no mínimo, 10% do valor nominal atualizado de todas as debêntures em circulação, acrescido dos juros devidos na data da amortização e de eventual prêmio, se houver, calculados pro rata temporis. As debêntures contam com cláusulas de vencimento antecipado típicas para este tipo de operação. Assim, determinados eventos poderiam ensejar vencimento antecipado das debêntures, dentre eles os seguintes:
 (a) decretação de falência da Companhia;
 (b) pedido de recuperação judicial formulado pela Companhia;
 (c) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária relevante prevista na escritura de emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso por escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário; e
 (d) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão.

II. Juros:

Os juros serão fixados periodicamente pelo Conselho de Administração da Companhia, e serão fixos ou variáveis, sendo a taxa e o respectivo período de incidência de juros fixados igualmente pelo Conselho de Administração da Companhia. Por “período de incidência de juros” entende-se o espaço de tempo durante o qual permanece constante o critério definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

Para a Primeira Série:

Os juros aplicáveis às debêntures da primeira série são de 100% do CDI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal das debêntures, pro rata temporis.

III. Garantias: Não há.

IV. Espécie: Subordinada.

V. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

- à distribuição de dividendos: A Companhia não poderá pagar dividendos, salvo o disposto no artigo 202 da Lei 6.404/76, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento do principal, atualizado monetariamente, juros remuneratórios e prêmio, se houver, relativos às debêntures desta emissão.
- à alienação de determinados ativos: Não há.
- à contratação de novas dívidas: Não há.
- À emissão de novos valores mobiliários: Não há.

VI. o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Aporte Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., cujos direitos e obrigações estabelecidos na escritura de emissão das debêntures são aqueles constantes da Instrução CVM 28/83.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Toda e qualquer alteração nas cláusulas e condições, previstas na escritura de emissão, dependerá da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	<p>A Companhia obriga-se a adquirir a totalidade das debêntures nas datas de encerramento dos períodos de incidência da taxa de juros, à opção dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração da Companhia, pelo seu valor nominal atualizado monetariamente, acrescido de juros e eventuais prêmios. As debêntures adquiridas poderão ser vendidas a terceiros.</p> <p>O Conselho de Administração poderá, a seu critério, determinar a fixação de prêmios para cada uma das séries desta emissão.</p> <p>A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal unitário amortizado, atualizado monetariamente, observado o disposto no 2º do artigo 55 da Lei 6.404/76.</p>
Identificação do valor mobiliário	4a Emissão de Debêntures (oriunda da Cia. Itauleasing de Arrendamento Mercantil) - 2a Série
Data de emissão	01/10/1993
Data de vencimento	01/04/2022
Quantidade	195.050
Valor total	149.980.776,60
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures serão apenas negociadas entre sociedades integrantes do Conglomerado Itaú. A negociação das debêntures com terceiros não integrantes do Conglomerado Itaú, ainda que privada, dependerá de atualização, pela Companhia, do registro de distribuição das debêntures perante a CVM.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

I. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado
As debêntures desta emissão foram emitidas em número indeterminado de séries.
As debêntures da segunda série vencerão em 1 de abril de 2022.
O Valor Nominal das debêntures era atualizado monetariamente, a partir da data de emissão, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado IGP-M, calculado pela FGV, e o produto da correção agregar-se-á ao Valor Nominal para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação prevista na escritura de emissão. A Partir de 1 de fevereiro de 1996, o valor nominal das debêntures da 2ª série não foi mais atualizado monetariamente.

A Companhia reserva-se o direito de, a qualquer tempo, critério do Conselho de Administração, promover a amortização antecipada de, no mínimo, 10% do valor nominal atualizado de todas as debêntures em circulação, acrescido dos juros devidos na data da amortização e de eventual prêmio, se houver, calculados pro rata temporis. As debêntures contam com cláusulas de vencimento antecipado típicas para este tipo de operação. Assim, determinados eventos poderiam ensejar vencimento antecipado das debêntures, dentre eles os seguintes:

- (a) decretação de falência da Companhia;
- (b) pedido de recuperação judicial formulado pela Companhia;
- (c) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária relevante prevista na escritura de emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso por escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário; e
- (d) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão.

II. Juros:

Os juros serão fixados periodicamente pelo Conselho de Administração da Companhia, e serão fixos ou variáveis, sendo a taxa e o respectivo período de incidência de juros fixados igualmente pelo Conselho de Administração da Companhia. Por “período de incidência de juros” entende-se o espaço de tempo durante o qual permanece constante o critério definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

Para a Segunda Série:

Os juros aplicáveis às debêntures da segunda série foram de 100% do CDI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal das debêntures, pro rata temporis.

III. Garantias: Não há.

IV. Espécie: Subordinada.

V. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

- à distribuição de dividendos: A Companhia não poderá pagar dividendos, salvo o disposto no artigo 202 da Lei 6.404/76, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento do principal, atualizado monetariamente, juros remuneratórios e prêmio, se houver, relativos às debêntures desta emissão.
- à alienação de determinados ativos: Não há.
- à contratação de novas dívidas: Não há.
- À emissão de novos valores mobiliários: Não há.

VI. o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Aporte Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., cujos direitos e obrigações estabelecidos na escritura de emissão das debêntures são aqueles constantes da Instrução CVM 28/83.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Toda e qualquer alteração nas cláusulas e condições, previstas na escritura de emissão, dependerá da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	<p>A Companhia obriga-se a adquirir a totalidade das debêntures nas datas de encerramento dos períodos de incidência da taxa de juros, à opção dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração da Companhia, pelo seu valor nominal atualizado monetariamente, acrescido de juros e eventuais prêmios. As debêntures adquiridas poderão ser vendidas a terceiros.</p> <p>O Conselho de Administração poderá, a seu critério, determinar a fixação de prêmios para cada uma das séries desta emissão.</p> <p>A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal unitário amortizado, atualizado monetariamente, observado o disposto no 2º do artigo 55 da Lei 6.404/76.</p>
Identificação do valor mobiliário	5a Emissão de Debêntures (oriunda da Cia. Itauleasing de Arrendamento Mercantil) - 1a Série
Data de emissão	01/04/1995
Data de vencimento	01/04/2022
Quantidade	1.000.000
Valor total	100.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures serão negociadas entre as sociedades integrantes do Conglomerado Itaú. A negociação com terceiros não integrantes do referido conglomerado, ainda que privada, dependerá de atualização do registro de distribuição das Debêntures perante a CVM.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Características dos valores mobiliários de dívida**

I. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado
 As debêntures desta emissão foram emitidas em duas séries. As duas séries têm vencimento em 01 de abril de 2022. O valor nominal das debêntures foi atualizado até 01 de julho de 1995.
 As debêntures contam com cláusulas de vencimento antecipado típicas para este tipo de operação. Assim, determinados eventos poderiam ensejar vencimento antecipado das debêntures, dentre eles os seguintes:
 (a) decretação de falência da Companhia ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Companhia;
 (b) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão;
 e
 (c) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não-pecuniária relevante prevista na escritura de emissão e tal descumprimento não seja sanado dentro de 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário.

II. Juros:

Para a 1ª Série:

As Debêntures da primeira série renderão juros correspondentes à variação acumulada de 100% do CDI, base 252 dias úteis, incidentes sobre o valor nominal das Debêntures, a partir de 01 de abril de 2005 até 01 de abril de 2010, pro rata temporis. Os juros remuneratórios serão pagos na data de vencimento.

III. Garantias: Não há.

IV. Espécie: Subordinada.

V. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

- à distribuição de dividendos: A Companhia se obriga a não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de principal, remunerado na forma da escritura de emissão, relativos às Debêntures objeto da emissão.
- à alienação de determinados ativos: Não há.
- à contratação de novas dívidas: Não há.
- À emissão de novos valores mobiliários: Não há.

VI. o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Banco Paulista S.A., cujos direitos e obrigações estabelecidos na escritura de emissão das debêntures são aqueles constantes da Instrução CVM 28/83.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Quaisquer alterações nas condições das Debêntures objeto da emissão deverão ser aprovadas por debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.

Outras características relevantes

A Companhia reserva-se o direito de, a qualquer tempo, a critério do Conselho de Administração, promover a amortização antecipada de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor nominal, remunerado na forma da escritura de emissão, de todas as debêntures em circulação, acrescidos dos juros devidos e eventual prêmio, se houver.

A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal unitário, acrescido da remuneração.

Identificação do valor mobiliário

5a Emissão de Debêntures (oriunda da Cia. Itauleasing de Arrendamento Mercantil) - 2a Série

Data de emissão

01/04/1995

Data de vencimento

01/04/2022

Quantidade

2.000.000

Valor total

200.000.000,00

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Restrição a circulação	Slm
Descrição da restrição	As Debêntures serão negociadas entre as sociedades integrantes do Conglomerado Itaú. A negociação com terceiros não integrantes do referido conglomerado, ainda que privada, dependerá de atualização do registro de distribuição das Debêntures perante a CVM.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>I. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado As debêntures desta emissão foram emitidas em duas séries. As duas séries têm vencimento em 01 de abril de 2022. O valor nominal das debêntures foi atualizado até 01 de julho de 1995.</p> <p>As debêntures contam com cláusulas de vencimento antecipado típicas para este tipo de operação. Assim, determinados eventos poderiam ensejar vencimento antecipado das debêntures, dentre eles os seguintes:</p> <p>(a) decretação de falência da Companhia ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Companhia;</p> <p>(b) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão;</p> <p>e</p> <p>(c) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não-pecuniária relevante prevista na escritura de emissão e tal descumprimento não seja sanado dentro de 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário.</p> <p>II. Juros: Para a 2ª Série: As Debêntures da primeira série renderão juros correspondentes à variação acumulada de 100% do CDI, base 252 dias úteis, incidentes sobre o valor nominal das Debêntures, a partir de 01 de abril de 2005 até 01 de abril de 2010, pro rata temporis. Os juros remuneratórios serão pagos na data de vencimento.</p> <p>III. Garantias: Não há.</p> <p>IV. Espécie: Subordinada.</p> <p>V. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • à distribuição de dividendos: A Companhia se obriga a não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de principal, remunerado na forma da escritura de emissão, relativos às Debêntures objeto da emissão. • à alienação de determinados ativos: Não há. • à contratação de novas dívidas: Não há. • À emissão de novos valores mobiliários: Não há. <p>VI. o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Banco Paulista S.A., cujos direitos e obrigações estabelecidos na escritura de emissão das debêntures são aqueles constantes da Instrução CVM 28/83.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer alterações nas condições das Debêntures objeto da emissão deverão ser aprovadas por debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	<p>A Companhia reserva-se o direito de, a qualquer tempo, a critério do Conselho de Administração, promover a amortização antecipada de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor nominal, remunerado na forma da escritura de emissão, de todas as debêntures em circulação, acrescidos dos juros devidos e eventual prêmio, se houver.</p> <p>A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal unitário, acrescido da remuneração.</p>
Identificação do valor mobiliário	9a Emissão de Debêntures (oriunda da Cia. Itauleasing de Arrendamento Mercantil) - 1a Série

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Data de emissão	01/10/2004
Data de vencimento	01/10/2024
Quantidade	200.000.000
Valor total	2.000.000.000,00

Restrição a circulação Não

Conversibilidade Não

Possibilidade resgate Sim

Hipótese e cálculo do valor de resgate Hipóteses de Resgate: A Companhia reserva-se o direito de, a qualquer tempo, promover o resgate antecipado das debêntures em circulação, mediante publicação de Aviso aos Debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do resgate antecipado, informando a data e o procedimento de resgate. O resgate será realizado com observância do disposto na Lei 6.404/76 e poderá ser total ou parcial, sendo, nesta última hipótese, realizado por meio de sorteio. As debêntures resgatadas nos termos deste item deverão ser obrigatoriamente canceladas pela Companhia.

Fórmula de Cálculo do Valor do Resgate: Pagamento, pela Companhia, do valor nominal unitário das debêntures de cada série na data do efetivo resgate, acrescido, até a referida data dos juros remuneratórios, calculados, pro rata temporis, a partir da data de emissão. Não será devido pela Companhia quaisquer valores referentes à prêmios ou bônus sobre o saldo a ser resgatado.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Características dos valores mobiliários de dívida**

I. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado
 As debêntures desta emissão são dívidas em 2 (duas) séries, todas elas com vencimento em 01 de outubro de 2024.
 Não haverá amortização programada do valor unitário das debêntures, o qual será integralmente pago na data de vencimento.
 As debêntures contam com cláusulas de vencimento antecipado típicas para este tipo de operação. Assim, determinados eventos poderiam ensejar vencimento antecipado das debêntures, dentre eles os seguintes:

- (d) decretação de falência ou procedimento similar da Companhia;
- (e) pedido de recuperação judicial formulado pela Companhia ou procedimento similar;
- (f) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do aviso por escrito enviado pelo agente fiduciário;
- (g) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não-pecuniária relevante prevista na escritura de emissão e tal descumprimento não seja sanado dentro de 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário;
- (h) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia no valor de, no mínimo, R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), que não sejam sanados no prazo de 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia;
- (i) pedido ou decretação de intervenção administrativa da Companhia pelo Banco Central do Brasil; e
- (j) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia, previstas na escritura de emissão.

II. Juros para as debêntures da 1ª série: 100% do CDI, a partir da data de emissão ou da última repactuação das Debêntures. O valor nominal unitário das debêntures desta série não será atualizado.

III. Garantias: Não há.

IV. Espécie: Subordinada.

V. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

- à distribuição de dividendos: Não há.
- à alienação de determinados ativos: Não há.
- à contratação de novas dívidas: Não há.
- À emissão de novos valores mobiliários: Não há.

VI. o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Planner Corretora de Valores S.A., cujos direitos e obrigações estabelecidos na escritura de emissão das debêntures são aqueles constantes da Instrução CVM 28/83.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Quaisquer modificações nas condições das debêntures (de qualquer das séries) objeto da escritura de emissão dependerão de aprovação de titulares de debêntures que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	<p>As debêntures de ambas as séries foram objeto de repactuação em 01 de outubro de 2009, onde foram repactuados o novo período de capitalização da remuneração das debêntures, o tipo de remuneração das debêntures e a periodicidade de pagamento da remuneração.</p> <p>Os debenturistas que não concordarem com os termos das repactuações das debêntures, poderão exercer o direito de venda forçada, nos termos da escritura de emissão, obrigando-se a Companhia a adquirir as debêntures pelo valor nominal unitário, acrescido de juros remuneratórios eventualmente devidos, calculados de forma pro rata temporis desde a data de emissão até a data da repactuação.</p> <p>A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao ser valor nominal unitário, acrescido dos juros remuneratórios, calculados pro rata temporis, a partir da data de emissão das debêntures até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei 6.404/76. As debêntures que eventualmente sejam adquiridas pela Companhia, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado.</p>
Identificação do valor mobiliário	9a Emissão de Debêntures (oriunda da Cia. Itauleasing de Arrendamento Mercantil) - 2a Série
Data de emissão	01/10/2004
Data de vencimento	01/10/2024
Quantidade	200.000.000
Valor total	2.000.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Hipóteses de Resgate: A Companhia reserva-se o direito de, a qualquer tempo, promover o resgate antecipado das debêntures em circulação, mediante publicação de Aviso aos Debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do resgate antecipado, informando a data e o procedimento de resgate. O resgate será realizado com observância do disposto na Lei 6.404/76 e poderá ser total ou parcial, sendo, nesta última hipótese, realizado por meio de sorteio. As debêntures resgatadas nos termos deste item deverão ser obrigatoriamente canceladas pela Companhia.</p> <p>Fórmula de Cálculo do Valor do Resgate: Pagamento, pela Companhia, do valor nominal unitário das debêntures de cada série na data do efetivo resgate, acrescido, até a referida data dos juros remuneratórios, calculados, pro rata temporis, a partir da data de emissão. Não será devido pela Companhia quaisquer valores referentes à prêmios ou bônus sobre o saldo a ser resgatado.</p>

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Características dos valores mobiliários de dívida**

I. Vencimento, inclusive condições de vcto. antecipado
 As debêntures desta emissão são dívidas em 2 (duas) séries, todas elas com vcto em 01/10/2024.
 Não haverá amortização programada do valor unitário das debêntures, o qual será integralmente pago na data de vcto
 As debêntures contam com cláusulas de vcto antecipado típicas para este tipo de operação. Assim, determinados eventos poderiam ensejar vcto antecipado das debêntures, dentre eles os seguintes:
 (d) decretação de falência ou procedimento similar da Companhia;
 (e) pedido de recuperação judicial formulado pela Companhia ou procedimento similar;
 (f) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do aviso por escrito enviado pelo agente fiduciário;
 (g) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não-pecuniária relevante prevista na escritura de emissão e tal descumprimento não seja sanado dentro de 30 dias contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário;
 (h) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia no valor de, no mínimo, R \$ 30 milhões, que não sejam sanados no prazo de 30 dias contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia;
 (i) pedido ou decretação de intervenção administrativa da Companhia pelo Banco Central do Brasil; e
 (j) vcto antecipado de qualquer dívida da Companhia em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia, previstas na escritura de emissão.

II. Juros para as debêntures da 2ª série: 6,50% ao ano (base 360 dias), calculados linearmente de forma pro rata temporis, por dias corridos, incidentes sobre o valor nominal atualizado das debêntures, a partir da data de emissão ou da última repactuação das debêntures. O valor nominal unitário das debêntures desta série será atualizado pelo fator de variação da cotação de fechamento da taxa de venda de câmbio de reais por dólares dos Estados Unidos da América, disponível no Sistema de Informações do Banco Central do Brasil, transação PTAX800, opção 5.

III. Garantias: Não há.

IV. Espécie: Subordinada.

V. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:
 À distribuição de dividendos: Não há.
 À alienação de determinados ativos: Não há.
 À contratação de novas dívidas: Não há.
 À emissão de novos valores mobiliários: Não há.

VI. o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Planner Corretora de Valores S.A., cujos direitos e obrigações estabelecidos na escritura de emissão das debêntures são aqueles constantes da Instrução CVM 28/83.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Quaisquer modificações nas condições das debêntures (de qualquer das séries) objeto da escritura de emissão dependerão de aprovação de titulares de debêntures que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Outras características relevantes**

As debêntures de ambas as séries foram objeto de repactuação em 01 de outubro de 2009, onde foram repactuados o novo período de capitalização da remuneração das debêntures, o tipo de remuneração das debêntures e a periodicidade de pagamento da remuneração.

Os debenturistas que não concordarem com os termos das repactuações das debêntures, poderão exercer o direito de venda forçada, nos termos da escritura de emissão, obrigando-se a Companhia a adquirir as debêntures pelo valor nominal unitário, acrescido de juros remuneratórios eventualmente devidos, calculados de forma pro rata temporis desde a data de emissão até a data da repactuação.

A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao ser valor nominal unitário, acrescido dos juros remuneratórios, calculados pro rata temporis, a partir da data de emissão das debêntures até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei 6.404/76. As debêntures que eventualmente sejam adquiridas pela Companhia, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado.

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As debêntures de emissão da companhia são negociadas na BM&FBOVESPA no segmento tradicional, desde 28/09/1993.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Não há.

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

Não há.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

Em consonância com os termos da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro do 2002, a Emissora adotou, ainda em 2002, correspondente Política Institucional de Divulgação de Informações, cujo objetivo primordial encerra-se (i) no estabelecimento dos procedimentos a serem observados na divulgação de ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Emissora, bem como (ii) na definição das obrigações e os deveres a serem observados por seus membros. De fato, em conformidade com referida política, a divulgação de ato ou fato relevante tem por fim proporcionar aos investidores, em tempo hábil e de forma eficiente, a disponibilidade de informações essenciais para a decisão de investimento, permitindo-se, desse modo, um tratamento igualitário e justo a todos os agentes do mercado.

De acordo com sua política, a divulgação de ato ou fato relevante estará sob responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores, dessa forma, sempre que constatar a existência de possível ato ou fato relevante, ele deverá deliberar sobre a conveniência, a oportunidade, a forma de divulgação e o conteúdo do ato ou fato relevante a ser divulgado. Caso o Diretor de Relações com Investidores ter se manifestado pela divulgação do ato ou fato relevante, caberá a ele a comunicação de ato ou fato relevante à CVM, bem como a prestação de esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante, sempre que solicitado pela CVM. Ato contínuo, o ato ou fato relevante deverá ser divulgado, de forma clara, precisa e resumida, por meio de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Emissora, bem como por qualquer meio de comunicação julgado conveniente para assegurar a ampla divulgação.

Na hipótese de omissão por parte do Diretor de Relações com Investidores ou havendo ele decidido pela não divulgação de informação como ato ou fato relevante, considerando que a respectiva informação tenha escapado ao controle ou diante da ocorrência de oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Emissora, caberá ao acionista controlador, aos diretores executivos e aos membros do conselho de administração averiguar, a fim de que deliberem sobre a forma e o conteúdo da divulgação de ato ou fato relevante.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

Nos termos da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Emissora, as pessoas vinculadas deverão: (i) guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam; e (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de não cumprimento do dever de sigilo. Cabe ressaltar que, havendo dúvida acerca da relevância ou não de informação à qual se tenha acesso privilegiado, o Diretor de Relações com Investidores deverá ser consultado.

As pessoas vinculadas, para os fins da política de divulgação, são: (i) o Diretor de Relações com Investidores da Emissora; (ii) o acionista controlador; (iii) os diretores executivos, os membros do conselho de administração e os membros do conselho fiscal (quando existente) da Emissora; e (iv) qualquer pessoa que, em virtude de cargo, função ou posição na Emissora, tenha acesso privilegiado a informação relativa a ato ou fato relevante ainda não divulgado ao mercado.

Na hipótese de terceiros participarem de negociações ou de discussões sobre assuntos considerados estratégicos para a Emissora, obtendo, dessa forma, acesso a informação sobre ato ou fato relevante ainda não divulgado ao mercado, será exigido que tais pessoas assinem um Termo de Confidencialidade.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

Carlos Henrique Zanvetor (Diretor de Relações com Investidores) é o responsável maior pela comunicação com o mercado de capitais, buscando sempre ampliar a transparência das informações financeiras e estratégicas, com qualidade, relevância, tempestividade, confiabilidade e comparabilidade, administrando o relacionamento com a CVM, o Banco Central do Brasil e outras autoridades do governo referente aos assuntos do mercado de capitais.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

Todas as informações relevantes foram tratadas nos itens acima.